

**ATA N.º 7 – 2025/2029**

Sessão ordinária de abril de 2026

Aos 29 dias do mês de abril de 2026, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta cidade de Albergaria-a-Velha, reuniu a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente António Augusto Amaral Loureiro e Santos, que declarou aberta a sessão pelas 21:03 horas, secretariado pelo 1.º Secretário, Martinho Nuno Jesus da Silva, e pela 2.ª Secretária, Diana Fedchyshyn Rebelo Tavares, com a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: do CDS-PP, Rui Manuel Pereira Marques, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos, Arménio Henrique Oliveira Martins da Silva, Paulo Jorge Rodrigues Marques Cruz, Luís Serafim Baptista Silva, Maria Clara Martins da Silva, Pedro Jorge Rebelo Tavares e José António Nogueira Souto Amaro Pereira; do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL: José Manuel Henriques Silva Pedro, Mónica Oliveira Estima Gameiro, Pedro Miguel Campinos Pintor, Vera Mónica Santos Almeida, Alexandre Simão Nina, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, Pedro Eduardo Trigo Araújo e Ana Maria Marques Silva Moura, ambos em substituição; do CHEGA: Pedro Gabriel Martins Correia; e do PS: Henriqueta Carlota Alves Cordeiro Meirinhos. -----

Igualmente compareceram os representantes das Juntas de Freguesia: Ruben André de Carvalho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; Jorge Miguel Ferreira de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, que compareceu mais tarde, conforme oportunamente indicado em ata; Hélder António de Almeida Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Angeja; Sandra Margarida Pereira Marcelino, Presidente da Junta de Freguesia de Branca; Liliana Lourenço Silva Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; e Ana Maria de Melo Bastos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, José Carlos Estrela Coelho, e os/as Senhores/as Vereadores/as Henrique Daniel da Silva Caetano, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e Sandra Isabel da Silva Melo Almeida, do CDS-PP; Paulo José Soares Lamas, Ana Filipa Ferreira de Almeida e Henrique de Freitas Camões, este em substituição de Sara Fernanda Vinga da Quinta, cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL.

Comunicaram substituição na presente sessão, nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, os Membros Municipais efetivos: Pedro Miguel Martins de Almeida e Eduardo Nuno Alves de Castro Pereira Marques, do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL, tendo sido substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

Faltou justificadamente a Vereadora Sara Fernanda Vinga da Quinta, do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL, tendo esta sido substituída pelo cidadão acima identificado. -----

Estavam, pois, presentes, no início da sessão, vinte e seis dos vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – iniciou por desejar a todos uma boa noite, declarando aberta a sessão. Cumprimentou os Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores

Membros Municipais, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, o público que acompanha a sessão presencialmente ou à distância, a comunicação social e os colaboradores presentes. Desejou a todos uma boa sessão. ----

Continuando, deu início à análise dos assuntos agendados para a presente sessão ordinária da Assembleia Municipal, conforme Edital n.º 10/25-29, cuja Ordem do Dia se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público -----

D – Período de Antes da Ordem do Dia -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 25.02.2026 ----

Ponto 2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município” -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2025 -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da Revisão ao Orçamento do Município de Albergaria-a-Velha para 2026 - Inscrição de Rubrica da Despesa -----

Ponto 5 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da autarquia para 2026 – 1.ª alteração -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal sobre as Formas de Apoio às Freguesias do Município de Albergaria-a-Velha no Mandato 2025/2029 -----

Ponto 7 – Apreciação da 16.ª Alteração, por Adaptação, à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Albergaria-a-Velha -----

Ponto 8 – Apreciação da listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais emitida pela Assembleia Municipal, na sessão de 29.12.2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no período de 02.02.2026 a 09.04.2026 -----

Ponto 9 - Proposta de aprovação em minuta, para efeitos de imediata executóriedade, dos pontos 1, 3 a 6 do Edital n.º 10/25-29, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação -----

F – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público (limitado a questões constantes da Ordem do Dia) ---

#### **A – EXPEDIENTE, ANÚNCIOS E INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MESA** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu conhecimento da correspondência recebida no período compreendido entre 26 de fevereiro de 2026 e 28 de abril de 2026, nomeadamente: -----

Do **Sr. Presidente da Câmara Municipal**: -----

- fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 04 a 07/2026; -----

- Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito e Oposição do ano de 2025. -----

Da **Assembleia de Freguesia de São João de Loure e Frossos**: -----



- Voto de Felicitação à Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, pelo dinamismo e envolvimento demonstrados nas Comemorações do 25 de Abril, cujas iniciativas promovidas contribuíram para dignificar Abril e reforçar o espírito cívico junto da nossa comunidade. -----

Da PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro e Associados, SROC, Lda.: -----

- Certificação Legal das contas, relativa ao Relatório e Contas do exercício findo a 31 de dezembro de 2025 do Município de Albergaria-a-Velha. -----

Da Assembleia Municipal de Alijó: -----

- Voto de Solidariedade para com todos os municípios afetados pelas tempestades Kristin e Leonardo.

Da Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

- Voto de Solidariedade às populações afetadas pelas sucessivas intempéries que se abateram sobre o território nacional. -----

Da Assembleia Municipal de Estarreja: -----

- Voto de Pesar pelas vítimas e de Solidariedade para com as Populações Afetadas pelos Fenómenos Meteorológicos Extremos Registados nos Meses de janeiro a fevereiro de 2026. -----

Da Assembleia Municipal de Lagoa: -----

- Voto de Solidariedade pelo Concelho de Albergaria-a-Velha. -----

Da Assembleia Municipal da Maia: -----

- Voto de Pesar pelas vítimas das tempestades em Portugal. -----

Da Assembleia Municipal de Matosinhos: -----

- Voto de Pesar pelas Vítimas Mortais, de Solidariedade para com todos os afetados pelos recentes fenómenos de mau tempo que assolaram o território nacional e de Louvor pelo empenho e dedicação dos operacionais da proteção civil, dos Bombeiros, das Forças de Segurança, dos Serviços Municipais e de todos os voluntários. -----

Da Câmara Municipal de Paredes de Coura: -----

- Voto de Pesar pelas vítimas humanas e de Solidariedade pelas perdas materiais decorrentes das tempestades. -----

Da Assembleia Municipal de Porto Santo: -----

- Voto de Solidariedade às populações afetadas nos diferentes municípios pelas tremendas intempéries que se abateram sobre o território continental. -----

Da Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel: -----

- Manifestação de Solidariedade aos municípios atingidos pelas tempestades. -----

Da Assembleia Municipal de S. João da Madeira: -----

- Voto de Pesar pelas Vítimas das Intempéries. -----

Agradecimentos pelo “Voto de Solidariedade e Agradecimento” do Município de Albergaria-a-Velha: ---

- Assembleia Municipal de Águeda; Assembleia e Câmara Municipal da Batalha; Assembleia Municipal de Castelo de Paiva; Câmara Municipal da Chamusca; Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos; Assembleia Municipal de Góis; Assembleia Municipal de Leiria; Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho; Assembleia Municipal de Porto de Mós; Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço; Assembleia Municipal de Torres Novas e Assembleia Municipal de Torres Vedras. -----



## **B – APRESENTAÇÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO, PESAR OU OUTROS** -----

Presidente da Assembleia Municipal – concedeu o uso da palavra ao Membro Pedro Tavares. -----

**Pedro Tavares – CDS-PP** – usou da palavra, apresentando um Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Fátima Areias, até esse momento docente na Escola Secundária do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pela sua dedicação à escola pública, aos seus alunos e à comunidade educativa, tendo deixado uma marca positiva e duradoura, feita de respeito, humanidade, exigência e compromisso com a missão de ensinar, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I - fls. 1). -----

**Eva Lemos – CDS-PP** – usou da palavra, apresentando um Voto de Congratulação à JOBRA – Associação de Jovens da Branca, pela sua participação nas comemorações nacionais do 25 de Abril, realizadas nos jardins da Residência Oficial de São Bento, reconhecendo-lhe o contributo prestado à formação artística dos jovens e pela projeção positiva do nosso concelho no panorama cultural nacional, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo II - fls. 1). -----

Eram cerca das 21:11h, entrou no Salão Nobre o Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, Jorge Miguel Ferreira de Sousa, assumindo as suas funções, pelo que, as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. -----

**Pedro Pintor – Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.II** – usou da palavra, apresentando um Voto de Louvor à AJA – Associação Juvenil de Angeja, pela celebração do seu 30.º aniversário, bem como pelo relevante contributo dos seus dirigentes, atletas, professores, treinadores, sócios, voluntários e amigos, prestado ao longo de três décadas em prol da comunidade, constituindo um exemplo de associativismo, voluntariado e compromisso com o desenvolvimento local, desempenhando um papel fundamental na dinamização da vida comunitária, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo III - fls. 1). -----

**Pedro Tavares – CDS-PP** – usou novamente da palavra apresentando um Voto de Congratulação ao Clube de Albergaria pela conquista do título de Campeão Distrital de Aveiro em Futsal, no escalão de Benjamins Sub-11, na época desportiva 2025/2026, felicitando todos os jovens atletas, treinadores, dirigentes, encarregados de educação e demais elementos envolvidos neste percurso vitorioso, reconhecendo o mérito desportivo alcançado e o contributo prestado para a afirmação do Clube de Albergaria e do concelho no panorama desportivo distrital, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IV - fls. 1). -----

Continuou, apresentando um voto de congratulação ao Clube Desportivo de Campinho, em particular à sua secção de natação, pelos resultados recentemente alcançados pelos seus atletas, que dignificam o clube, a freguesia e o concelho de Albergaria-a-Velha, felicitando-se a atleta Frederica Vinhas Vieira, bem como os treinadores, dirigentes, colegas de equipa, famílias e toda a estrutura do Clube, pelo empenho, dedicação e contributo prestado à promoção da natação e do desporto no concelho, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V - fls. 1). -----

**Eva Lemos – CDS-PP** – usou novamente da palavra, apresentando um Voto de Congratulação a Leonor Moreira, natural de Frossos e atleta da Escola Gímnica de Aveiro, pela conquista do título de vice-campeã nacional de ginástica rítmica, na vertente de corda e na classificação geral, no escalão de



Juvenis, no Campeonato Nacional de 2.ª Divisão, felicitando-a pela referida conquista e desejando-lhe os maiores sucessos pessoais e desportivos, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI - fls. 1).

**Pedro Tavares – CDS-PP** – apresentou também um Voto de Congratulação ao Município de Albergaria-a-Velha, pela obtenção da 6.ª posição nacional no ranking C3 – Serviços Online, no âmbito do IPIC 2025 – Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais, congratulando-se o executivo municipal, os serviços municipais e todos os técnicos envolvidos neste trabalho, cujo empenho contribuiu para afirmar Albergaria-a-Velha como um concelho cada vez mais inovador, conectado e preparado para os desafios da administração pública contemporânea, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VII - fls. 1).

**Eva Lemos – CDS-PP** – usou da palavra, apresentando um Voto de Congratulação a todos os que colaboraram na organização e realização das comemorações deste ano do 25 de Abril no concelho de Albergaria-a-Velha, congratulando a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e dos respetivos líderes dos Grupos Municipais, a Câmara Municipal, a Freguesia de Alquerubim, os serviços e colaboradores municipais, as entidades, associações, instituições e todos os que colaboraram para a sua realização, reservando especial destaque para o Dr. Mário Branco, pelo legado norteador que nos deixou com os seus contributos passados a estas celebrações e pelo seu continuado envolvimento e apoio às mesmas, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VIII - fls. 1).

**Presidente da Assembleia Municipal** – colocados a votação e considerando que todos os votos apresentados foram subscritos por todos os Grupos Municipais, declarou os mesmos aprovados, por unanimidade.

#### **C – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

**Presidente da Assembleia Municipal** – havendo três inscrições para intervir no 1.º período de intervenção aberto ao público, de Henrique Adriano Oliveira Martins da Silva, Carlos Miguel Linhares e Maria da Glória de Abreu Andrade, deu a palavra a Henrique Silva, que indicou pretender intervir sobre construções ilícitas.

**Henrique Adriano Oliveira Martins da Silva** – usou da palavra, começando por cumprimentar o Senhor Presidente, Vereadores e os Senhores Membros Municipais. Referiu intervir na qualidade de Presidente da Concelhia do Chega de Albergaria-a-Velha e, simultaneamente, como Membro da Assembleia de Freguesia de São João de Loure e Frossos. Afirmou que, em Frossos, junto à Viela da Azenha, está a crescer aquilo que, sem exagero, o que mais parece uma favela, cuja situação, certamente, já não será desconhecida para este Executivo, pelo menos para a Senhora Vereadora Sandra Almeida, que ali reside. Continuou dizendo que, o que começou por ser uma simples barraca de madeira, está agora em franca expansão, existindo metade de uma casa em tijolo ou em construção. Questiona a legalidade desta construção, considerando que, se fosse o próprio ou qualquer outro cidadão a apresentar um pedido para construir algo semelhante naquele local, não saberia se iria ser autorizado. Continuou acrescentando a existência de uma lixeira a céu aberto um pouco mais acima do local já referido, considerando que em nada dignifica a freguesia do nosso concelho. Questiona se é



esta a imagem que queremos transmitir de São João de Loure e Frossos e, por arrasto, de Albergaria-a-Velha. Informou que, no dia anterior, fez esta mesma questão na Assembleia de Freguesia de São João de Loure e Frossos, tendo a Senhora Presidente de Junta respondido que já lá tinha estado com elementos da Câmara Municipal e o que terá sido dito é que estará tudo em ordem. Gostaria que a Câmara Municipal confirmasse se esta informação corresponde à posição oficial do município porque, a avaliar pelo que observa no terreno, lhe parece é que a Junta necessita de ajuda para resolver um problema perante o qual a Câmara Municipal tem até agora fechado os olhos. Afirmou que pretende uma freguesia com uma boa imagem, ordenada, segura, respeitadora das regras e não aglomerados de construção ilegais que afastam pessoas, desvalorizam o território e geram medo e insegurança. Assim, solicitou uma resposta da Câmara Municipal sobre qual a solução que o executivo prevê para esta situação concreta na Viela da Azenha, se vai a Câmara Municipal continuar a ignorar o problema ou se vai agir para repor a legalidade, defender o ambiente e salvaguardar a qualidade de vida dos habitantes. Terminou a sua intervenção, dizendo querer sublinhar que esta é apenas uma das várias situações preocupantes da freguesia, sendo um caso que ilustra bem a falta de fiscalização e a falta de resposta a problemas que estão à vista de todos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra a Carlos Miguel Linhares, que indicou pretender intervir sobre projetos em falta, ponto de situação das cheias e educação. -----

**Carlos Miguel Linhares** – usou da palavra, solicitando um ponto de situação relativamente a algumas questões: - qual a situação da inundação da casa do Senhor Mário Correia, situada na Rua Maestro António Pereira Oliveira, nomeadamente que intervenção foi feita e qual o seu estado atual; - qual a situação da Escola Básica de São João de Loure, sobretudo que medidas concretas foram tomadas para travar a perda de alunos; - sobre a saída da Rua da Tomada, em Frossos, qual o ponto em que se encontra essa intervenção e qual o prazo previsto para a sua conclusão. Referiu que, na última Assembleia de Freguesia de São João Loure e Frossos, ficou claro existirem vários problemas que continuam por resolver e que dependem, em grande parte, da atuação da Câmara Municipal ou da articulação desta com outras entidades, desde logo na manutenção de espaços e infraestruturas onde continuam a existir falhas no terreno, depois, situações que ficam sem resolução por falta de articulação entre entidades, como o caso das tampas de saneamento na zona do campo, em que nenhuma entidade assume a responsabilidade. Continuou dizendo que, sobre os danos provocados pelas cheias, onde a própria Junta assume não ter capacidade de resposta, questionou que ações concretas já foram tomadas pela Câmara. Relembrou a existência de projetos que vêm já sendo falados há anos, como os passadiços entre Frossos e Loure, os passeios da ponte, o terreno em Loure junto à Associação, ou agora, mais recentemente, a dinamização do Centro Cultural ou a requalificação da Rua Comendador Augusto Martins Pereira, em Frossos, sem execução. Referiu saber que houve decisões no passado que contribuíram para que alguns projetos ficassem na gaveta por anos, quase doze, como o caso da Rua Ville d'Erstein e, ao mesmo tempo, surge ainda um novo projeto para a zona da Quinta do Agro, também em fase de estudo. Disse ser de bom grado que se assiste à presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal na freguesia, nos vários eventos que têm existido, mas que isso, por si só, não resolve os problemas das pessoas. Disse ainda compreender que existem limitações orçamentais, embora existam em todos os municípios, mas que é precisamente nestes contextos que se exige ainda



mais clareza nas opções e definição de prioridades, considerando que a questão é muito simples, apenas saber qual o critério de prioridade da Câmara Municipal. Prosseguiu, fazendo um apelo para que São João de Loure e Frossos não continue a ser uma freguesia esquecida, onde há mais de uma década os problemas se acumulam e os projetos não saem do papel. Disse constatar que, tendo existido uma mudança de mandato, parte significativa do executivo permanente se mantém e, por isso, o argumento de um período de adaptação não se pode justificar, pois a falta de resposta continua a existir. Terminou a sua intervenção dizendo não ser a falta de ideias que o preocupa, mas sim a acumulação de projetos anunciados e não executados. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra a Maria da Glória de Abreu Andrade, que indicou pretender intervir sobre projeto do sistema primário de defesa do Baixo-Vouga Lagunar. -----

**Maria da Glória de Abreu Andrade** - usou da palavra, manifestando preocupação sobre o projeto do sistema primário de defesa do Baixo Vouga Lagunar, cuja conclusão que tira é simples e preocupante: no Baixo Vouga Lagunar estamos, mais uma vez, perante um projeto que avança sem respostas claras, sem estudos suficientemente sólidos, ignorando quem mais pode perder, ou seja, as populações a montante. Continuou dizendo já se ter “visto este filme” no Rio Vouga: projetos ambiciosos com inclusas, desníveis artificiais e até produção de energia, que nunca avançaram porque não eram sustentáveis. Avançou que não eram sustentáveis porque não foram devidamente estudados e que, hoje, insiste-se no mesmo caminho. Referiu constatar que existem estudos, pareceres, mas continuam a faltar as respostas essenciais. Assim, questionou: qual será, concretamente, a subida do nível de água na freguesia de São João de Loure e Frossos; quem garante que não vão agravar as cheias a montante; onde estão os modelos hidráulicos detalhados da freguesia de São João de Loure e Frossos; quais são os prejuízos previstos para os territórios a montante; que impactos negativos reais é que vamos sofrer e quem vai pagar os prejuízos quando as coisas correrem mal. Para esta última pergunta, que disse considerar ser a mais importante, questionou, também: se serão as populações com inundações e prejuízos nas suas habitações; se serão as populações que vão ficar privadas de se deslocar sem possibilidades de sair de casa ou sem alternativas para se deslocarem para os seus trabalhos e ficarem privados de bens essenciais, medicação e aquisição de produtos alimentares; se serão os agricultores com terrenos inundados e com prejuízos na agricultura; se serão as juntas de freguesia a reparar caminhos e infraestruturas; e, finalmente, se serão as câmaras municipais a suportar estradas destruídas. Neste seguimento, terminou a sua intervenção afirmando que a experiência diz-nos que os projetos são decididos em gabinete, mas os prejuízos ficam no território, não bastando dizer que há um parecer favorável, sendo preciso dizer com total clareza quem assume responsabilidades antes e não depois dos problemas aparecerem, pois, sem isso, não estaremos a gerir o território, mas a transferir os riscos para quem lá vive. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – usando da palavra e em resposta à intervenção do Senhor Henrique sobre construções ilícitas, referiu não ter conhecimento de nenhuma construção ilícita, dizendo querer acreditar que lá esteve alguém da Câmara Municipal, não lhe tendo sido reportado rigorosamente nada, pelo que, no dia seguinte, irá tentar perceber a veracidade do descrito. Sobre a



falta de fiscalização, respondeu ser verdade que a Câmara Municipal esteve “órfã” de colaborador da fiscalização desde agosto, dado que o mesmo se reformou, sendo que, neste momento, o município já tem uma pessoa ao serviço e outra em formação para o exercício das funções de fiscalização. Disse julgar que brevemente o município passará a ter pois dois colaboradores na área da fiscalização. Respondendo ao Senhor Carlos Linhares, sobre a casa do Senhor Mário Correia, referiu tratar-se de um erro de construção aquando da execução do muro, entretanto detetado, tendo a empresa procedido à abertura de dois ou três buracos no mesmo, faltando ainda mais. Acrescentou que está previsto também um alargamento do tubo que passa sob a estrada, pelo que, neste momento, disse acreditar que, depois dessa abertura e em caso de ocorrência de novas cheias, o problema será minimizado e não se repetirá. Sobre a Rua da Tomada, em Frossos, respondeu que a obra se encontra concluída. Sobre as tampas de saneamento no campo, respondeu que as mesmas são da responsabilidade da Adra, pelo que terá de ser a própria a repô-las, não sendo responsabilidade do Município, nem da Freguesia, defendendo dever a Adra encontrar uma solução técnica que evite o furto das mesmas. Sobre o projeto de São João de Loure e Frossos, respondeu que a candidatura está efetuada, acreditando que ainda vai arrancar este ano a ciclovía de ligação Angeja/Loure. Sobre as obras que o Senhor Henrique Silva abordou, diz não querer ser tão agressivo conforme o mesmo foi com as palavras, já que o Carlos Coelho cidadão e o Carlos Coelho Presidente de Câmara Municipal, vai a São João de Loure, vai a Frossos, vai a Loure, vai a Pinheiro, vai a todas as freguesias do concelho sempre que entender e sempre que for convidado, deslocando-se também muitas vezes para ver trabalhos. Continuou alertando para que não haja qualquer dúvida disso, sendo que o trabalho em Loure e São João de Loure, como a Quinta do Agro, há de aparecer a seu tempo, conforme noutras freguesias, estando o executivo empenhado em trabalhar em conjunto com as mesmas, pelo que espera que daqui a algumas semanas ou a alguns meses já se vejam alguns frutos do trabalho que o executivo está a planear e a executar, em articulação com todas as freguesias. Respondendo à Senhora Glória Andrade, sobre o projeto de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar, informou tratar-se de um projeto cuja execução já vinha de há largos meses e, há relativamente pouco tempo, teve a ocasião de conseguir uma reunião com a empresa que está a executar a obra, onde estiveram presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de toda a zona ribeirinha, nomeadamente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, de Angeja, de Alquerubim, de Fermelã, de Canelas e de Beduído. Acrescentou que a empresa esclareceu todos os Presidentes de Junta, não só os do nosso município, mas sim a todos. Terminou dizendo querer acreditar, apesar de não ser técnico, que não irá haver problemas, embora tecnicamente não lhe consiga dar uma resposta mais capaz e que assegure que nada irá acontecer, acreditando, também, que os Presidentes de Junta ficaram bem mais esclarecidos em relação ao que sabiam anteriormente, tendo tido a oportunidade de tirar as dúvidas que entenderam oportunas. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – autorizou e concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Catarina Mendes, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos sobre as questões que versaram assuntos da sua área de competências. -----

**Vereadora Catarina Mendes** - usou da palavra, respondendo à questão colocada sobre a perda de alunos na Escola Básica de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de São João de Loure, dizendo que a mesma tem boas



condições para funcionar, bons professores, bons auxiliares e pessoas muito dedicadas e com uma relação incrível na comunidade escolar. Continuou informando que a mesma escola integra o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas e, para além disso, tem, pela segunda vez, um projeto implementado de promoção do sucesso relacionado com os pré-requisitos para as aprendizagens essenciais. Reforçou que esta escola tem vindo a abraçar, também, todo um conjunto de desafios e de projetos de intervenção, quer dentro, quer fora da escola, bastante desafiantes, mas, também, considerados essenciais para promover as condições necessárias à aprendizagem e a uma verdadeira inclusão dos alunos na comunidade e a posterior transição para os níveis de aprendizagem ou de ensino seguintes. Neste seguimento, referiu devolver a questão de se saber o que se passa com a população de São João de Loure e arredores que sistematicamente descredibiliza uma escola daquelas, pondo a culpa na perda de alunos e desconfiando de tudo e de todos, incluindo da comunidade discente, da comunidade docente, da direção e outros. Disse considerar estarmos perante um desafio ao contributo de cada um de nós para tornar esta escola atrativa e para, de uma vez por todas, retirar desta escola o estigma que ela tem e que não a deixa avançar. Tal como qualquer estabelecimento educativo, esta escola tem um projeto comprometido, não só com os seus alunos, mas com o desenvolvimento da comunidade e da população, cabendo-nos fazer a promoção da escola e, em vez de levarmos os nossos filhos, os nossos amigos, os nossos alunos para Aveiro, para Águeda, para Albergaria, para Angeja, Cacia, matricularmo-los nesta escola, que tem condições para os acolher, tem um corpo docente bastante profissional e empoderado capaz de os acolher e de os formar e de os fazer seguir na vida. Este é o desafio que diz querer lançar e devolver ao Senhor Carlos Miguel Linhares, para que ele próprio traga, da próxima vez, a esta Assembleia, iniciativas de promoção desta escola junto da comunidade de São João de Loure, de Frossos, de Alquerubim, de Angeja, de Albergaria-a-Velha, porque todos nós precisamos, neste momento, desta escola, não havendo capacidade para albergar todos os alunos que temos no nosso concelho caso a Escola de São João de Loure encerre. Terminou afirmando que a Escola de São João de Loure tem todas as condições para funcionar. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** - reforçando a intervenção da Vereadora Dra. Catarina Mendes, referiu ficar expectante que o Senhor Carlos Linhares, enquanto líder de uma oposição na Assembleia de Freguesia de São João de Loure e Frossos, tivesse outro tipo de diálogo sobre a Escola de São João de Loure e Frossos. Continuando e sobre o assunto do Baixo Vouga Lagunar, acrescentou que o executivo municipal está a trabalhar diretamente com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no sentido de, a correr bem e a partir da próxima semana, iniciar a intervenção de reparação do rombo, a limpeza dos terrenos agrícolas, a retirada de areia, estando o município a trabalhar diretamente para que se consiga resolver aquele problema, dizendo acreditar que esta situação do Baixo Vouga Lagunar não irá provocar grandes problemas, não podendo, no entanto, fundamentar em termos técnicos, dado não ter essa capacidade. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo mais inscrições, declarou encerrado o 1º período de intervenção aberto ao público, declarando, de imediato, aberto o Período Antes da Ordem do Dia. --



#### **D - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Presidente da Assembleia Municipal** – solicitou inscrições para intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. Concedeu a palavra à Membro Henriqueta Meirinhos.

**Henriqueta Meirinhos - PS** – usou da palavra, referindo agrado pela dinâmica implementada ao nível dos equipamentos escolares já instalados em algumas escolas e que são potenciadores do bem-estar dos alunos, docentes e assistentes operacionais. Reforçou que o conforto nas escolas também facilita as aprendizagens, porém, alguns projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal em parceria com as Escolas apresentam, do ponto de vista teórico, objetivos abrangentes e pedagogicamente relevantes. Ressalvou que, na prática, subsistem dúvidas quanto à efetiva tradução destes objetivos em aprendizagens significativas para a maioria dos alunos, pelo que considera verificar-se, em certos casos, que os produtos finais resultam maioritariamente do trabalho dos docentes e, por vezes, dos encarregados de educação, sendo a participação dos alunos apenas residual. Finalizou dizendo que, perante este cenário, impõe-se a questão: se estaremos a promover aprendizagens efetivas ou apenas a cumprir metas formais com resultados aparentes. Referiu considerar pertinente refletir sobre a necessidade de repensar estas estratégias, no sentido de garantir que os projetos cumpram verdadeiramente da sua finalidade educativa, colocando os alunos no centro do processo.

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Tavares.

**Pedro Tavares - CDS-PP** – usou da palavra para felicitar o Município de Albergaria-a-Velha, em particular, o executivo, pelo sucesso que a bancada do CDS-PP entende que foi a realização do Mercado do Pão, integrado no Festival dos Moinhos, considerando uma iniciativa muito bem conseguida, com evidente adesão da população, permitindo valorizar um elemento que é muito forte - a nossa tradição local, que é o pão, mas, também, neste caso, em associação à moagem, os moinhos, a esta tradição que temos e a que lhe está associado. Continuou dizendo ter havido um grande envolvimento do setor local, desde os produtores, às associações e às instituições do concelho. O CDS-PP entende e sublinha que o evento correu efetivamente bem, em parte pela escolha do local, dado que a realização do Mercado do Pão no Mercado “A Praça” permitiu que fosse valorizado um equipamento central, com boas condições, com muito boa acessibilidade e de uma forma um pouco diferente do habitual, considerando tal ter-se revelado muito positivo. “A Praça”, como sabemos, é um equipamento que esteve algum tempo aquém do seu potencial pleno de utilização, mas este evento serviu também para demonstrar o seu enorme potencial, que pode ser aproveitado e deve ser mais vivido pelos albergarienses, nomeadamente com este tipo de integrações, não só na dinâmica económica, mas também nas dinâmicas culturais e sociais do nosso concelho. Continuou referindo que os Membros do CDS-PP ficaram, de facto, com a distinta sensação que, com este evento, tornou-se possível valorizar a identidade local do concelho de Albergaria-a-Velha e envolver a comunidade, dando uma nova vida ao equipamento municipal, ficando uma impressão interessante e muito positiva. Acrescentou que, também por isso, não pode o CDS-PP deixar de reconhecer, em sede própria, o esforço do Município, desde o executivo, serviços municipais e de todos os que se associaram ao evento, nomeadamente os produtores e as coletividades que estiveram presentes e que fizeram da



iniciativa um sucesso. Concluiu que este reforço da centralidade de "A Praça" é um caminho a consolidar na valorização dos nossos produtos locais e no envolvimento da comunidade.

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Correia.

**Pedro Correia - Chega** – usou da palavra, abordando a requalificação da Praça António Albuquerque Pinho, alvo de um investimento previsto a rondar os 300.000€, citando o objetivo que está anunciado na notícia que diz ter observado: "*reverter a predominância do automóvel em favor de um espaço público de qualidade*". Referiu ser também um munícipe que concorda profundamente com o princípio de qualificar o espaço público, reduzir o impacto e o conflito entre os carros e os peões e a possibilidade de se criar um espaço de convivência, de lazer e de descanso para a população. Disse considerar, no entanto, que deverá ter-se em atenção alguns pontos, um dos quais a percentagem de população idosa presente no município, muitos com dificuldades de mobilidade, não conseguindo percorrer grandes distâncias, dificuldades em subir e descer passeios, carregando sacos de compras. Para estas pessoas, considera que a proximidade e a comodidade de chegarem com o carro o mais próximo possível das lojas é fundamental para se manterem em contacto com o comércio tradicional. Acrescentou que os jovens do município e a população ainda na vida ativa, vive numa azáfama constante para conseguir conciliar os seus compromissos profissionais e pessoais, pelo que o tempo é um recurso escasso para todos, concluindo que a acessibilidade rápida ao centro da cidade é muito importante. Como tal, afirmou que se for muito mais difícil estacionar perto do centro e próximo das lojas a que se pretende aceder, provavelmente, iremos tirar muitas dessas pessoas do comércio local, optando por comprar nas grandes superfícies, sejam eles supermercados, centros comerciais, shoppings ou outros. Acrescentou, considerando que o município tem uma rede de transportes públicos deficiente, ineficaz e insuficiente, que os horários dos percursos não respondem às necessidades reais das pessoas e não existe nenhuma rede alternativa, pelo que o comércio local, consequentemente, sofrerá algum impacto. Disse querer perceber como é que, ao reduzir-se o número de clientes que se iriam deslocar às lojas e tirando-os do centro da cidade, colocando em risco a sustentabilidade dos negócios e acabando por contribuir ainda mais para o esvaziamento da população do centro da cidade, porque, considera, Albergaria-a-Velha, tirando a hora de trabalho, é uma cidade praticamente deserta, onde não se vê ninguém, o executivo prevê conseguir contrariar esses possíveis efeitos nefastos da requalificação da referida Praça. Relativamente às escolas do concelho, referiu ter trazido várias vezes à Assembleia Municipal os pontos relativamente ao estado de degradação das escolas do concelho e à necessidade urgente de requalificação das mesmas. Informou que, na presente data, correlacionado com as celebrações do 25 de Abril, realizou-se a Assembleia Jovem, onde teve a oportunidade de ouvir alunos desde o 5.º ao 12.º anos dos Agrupamento de Escolas da Branca e de Albergaria-a-Velha, iniciativa, na qual, os jovens puderam exprimir as suas preocupações, necessidades e possíveis soluções para suprir os problemas que eles enfrentam diariamente, enquanto estudantes e jovens albergarienses. Acrescentou que, no final, foi possível fazer uma sondagem, pelo que, dos cerca de duzentos jovens que votaram, mais de 80% elegeram o estado das escolas, neste caso, o da Escola Secundária, sendo que a proposta que teve mais votos (por parte dos alunos) foi a necessidade urgente de requalificar a Escola Secundária. Disse tratar-se de um problema transversal às outras escolas do município, que precisam urgentemente de sistemas de climatização, pinturas, melhores



infraestruturas, de forma a que possamos dar aos nossos jovens as condições adequadas para o seu desenvolvimento. Defendeu, no caso da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, que o problema é ainda mais premente, porque os alunos mostraram paredes cheias de bolor, janelas completamente desadequadas, por exemplo, e a disposição da biblioteca, a mesma de há cinquenta anos. Conclui assim que o Município tem, claramente, um problema de organização do seu espaço educativo, questionando qual será a posição do executivo municipal, dado que obras pontuais não vão conseguir resolver o problema, dando o exemplo de que há quinze anos a escola de Oliveira de Azeméis fez um investimento de 14.000.000€, considerando não ser com investimentos de 1.000.000€ ou de 2.000.000€ que o município vai conseguir reverter o declínio em que a escola se encontra. Concluiu defendendo que o município necessita de algo concreto, uma transformação estrutural na Escola Secundária e transversal a todas as outras escolas, criando mais condições para os alunos.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – sobre o Mercado do Pão, disse que Albergaria-a-Velha está de parabéns pela adesão do comércio local, principalmente das pastelarias, considerando ter sido um bom evento. Sobre a requalificação da Praça Doutor Albuquerque Pinho, respondeu que o projeto vai iniciar, após tramitação concursal, sendo um dos casos em que se “é preso por ter cão e por não ter”, uma vez que, se é criado estacionamento, não se respeitam os peões, ou, se retirarmos lugares de estacionamento, estamos a impedir o acesso das pessoas mais idosas ao comércio local. Continuou informando que a requalificação vai diminuir alguns lugares de estacionamento, a mobilidade vai ser respeitada e os degraus vão desaparecer, pelo que irão ser melhoradas as acessibilidades, com mais árvores e um espaço muito mais agradável, sendo um projeto financiado, julgando-se não ser impeditivo do acesso ao comércio local. Referiu entender que não será por essa razão que as pessoas vão deixar de ir ao comércio local, sendo que, infelizmente, as pessoas não o fazem por outras razões, como por comodismo e porque é mais fácil ir ao hipermercado, tratando-se de opções individuais que têm de ser respeitadas, concordando-se ou não. Afirmou que esta intervenção não será impeditiva do acesso ao comércio local. Continuou a sua intervenção, respondendo sobre a referência à insuficiência dos transportes públicos, discordando da opinião do Membro Pedro Correia. Mencionou que, sendo Membro da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), com acesso às reclamações, nomeadamente de Albergaria-a-Velha e de todos os outros dez municípios, não existem reclamações por falta de transportes, estando os municípios que a compõem a pagar mais pelos transportes, devido à revisão das carreiras e trajetos que foram ajustados em todos os municípios. Acrescentou existirem queixas de uma outra situação, relacionada com o mau comportamento de um condutor e horários, em que uma vez passam antes da hora e outras com atraso, no entanto, por falta de trajetos, falta de mais transportes, não existem reclamações. Respondendo ao Membro Pedro Correia, disse compreender a sua afirmação de que “Albergaria-a-Velha não tem vida”, pois considera que, se morasse em Albergaria-a-Velha, iria perceber não ser verdade, lamentando que, como Membro da Assembleia Municipal que tem responsabilidade, não deveria só falar de coisas negativas de Albergaria-a-Velha. Referiu ser lógico que Albergaria-a-Velha não é uma grande cidade, mas também não é um dormitório, considerando que Albergaria-a-Velha tem vida e lamenta que se tenha esse tipo de discurso que não é



nada apelativo para valorização do nosso concelho. Reforçou, dizendo respeitar a sua intervenção, mas, discordando com a mesma. Sobre a redução de alunos da Escola de São João de Loure, respondeu dizendo que o Centro Educativo de Angeja, a Escola das Laginhas e o Centro Escolar de Alquerubim são exemplos de intervenções recentes. Que, quanto à Escola Básica de Albergaria-a-Velha, a mesma já mereceu intervenções, sendo provável que seja alvo de ainda mais. Referiu serem posições políticas que não são verdadeiras, reconhecendo que nem tudo estará bem, existindo problemas que estão a ser resolvidos. Informou que estão a ser colocados, gradualmente, sistemas de ar condicionado nas escolas primárias, já existindo em seis/sete escolas primárias desde que este executivo iniciou funções. Finalizou afirmando estarem a ser efetuadas intervenções, melhorando-se a qualidade do ensino, sendo necessário tempo para trabalhar, para ponderar algumas coisas que se ouvem, para estudo, dizendo que se deverá contar com o executivo municipal para tomar decisões e para trabalhar em prol de Albergaria-a-Velha, que é a sua missão. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra à Senhora Vereadora Catarina Mendes. -

**Vereadora Catarina Mendes** – usou da palavra para dizer que, quanto aos projetos e àquilo que é a Agenda Municipal da Educação, com toda a humildade pode dizer que em 2013 já existiam atividades complementares que constituíam uma agenda da oferta educativa complementar a todas as escolas com foco na educação pré-escolar e no primeiro ciclo, sobretudo tentando estimular e criar público ao nível da atividade física e da atividade cultural. Referiu que toda essa agenda evoluiu, todo esse conjunto de atividades foram avaliadas, foram analisadas, foram refletidas, sobretudo em conjunto com as escolas e foi iniciado um trabalho de auscultação e de partilha, sendo um trabalho colaborativo com os agrupamentos de escolas, no sentido de em maio e junho se fazer uma análise dos projetos que devem ou não continuar no ano seguinte e serem inscritos na Agenda Municipal da Educação e, por sua vez, serem também inscritos nos planos anuais dos dois agrupamentos de escolas e das outras escolas e jardins-de-infância da rede solidária e da rede privada. Continuou afirmando que, subsistindo dúvidas quanto aos projetos implementados pela Câmara Municipal, quer a porta aberta do seu gabinete, quer a porta aberta dos serviços, quer a presença nos Conselhos Gerais, permitem uma articulação ao nível das opções políticas e também das opções de projetos da implementação no terreno, nomeadamente ao nível da avaliação do que é feito e dos seus resultados e, portanto, permite ao executivo municipal fazer uma análise do que pode ou deve continuar, ou, ser necessário implementar nas escolas. Disse considerar que, de alguma forma, é injusto trazer essa questão desta forma, porque o executivo municipal tem na Agenda Municipal de Educação uma diversidade muito grande de projetos, como sendo nas áreas das Ciências, incluindo Matemática, Robótica e outras, do Ambiente e também da prevenção dos comportamentos de risco, quer sejam ao nível da navegação na Internet, quer de outras formas. Ao nível do empreendedorismo, informou existir também o projeto "Aprender a ser", composto por uma equipa de profissionais que atuam nos dois agrupamentos de escolas, no âmbito da promoção do sucesso e na prevenção também dos comportamentos de risco. Referiu existirem ainda outros projetos no âmbito do "Encontros com Educação", projetos esses que se desenvolvem em contexto de sala de aula e também através dos meios de comunicação, muitas vezes através da Internet ou de plataformas, como os de capacitação para pais, professores, pessoal auxiliar e outros. Para além disto, revelou existir um projeto bastante ambicioso e bastante extenso, que



decorre de uma candidatura da comunidade intermunicipal, com mais um conjunto de atividades que estão superiormente validadas, significando que não é a Câmara Municipal que os valida, mas sim a Universidade e outras entidades ligadas ao setor da educação com créditos nessa matéria. Neste seguimento, disse desafiar a que, em sede de avaliação (e porque vão entrar os projetos ou as ações que decorrem de parcerias da Câmara Municipal com as escolas ou de intervenções propostas pela Câmara Municipal ou outras entidade sob a articulação municipal) se fizesse chegar ao executivo municipal uma avaliação séria e muito precisa dos projetos que estão a ser avaliados nas escolas e que de todo não vão ao encontro daquilo que são os objetivos das aprendizagens dos alunos e que vão culminar com aquilo que é suposto os alunos terem conseguido atingir à saída da escolaridade obrigatória. Relativamente ao parque escolar, disse ser claro que ainda há escolas por requalificar e claro também, sendo aqui uma posição política, que este município não tem como objetivo, nem teve, encerrar as escolas dispersas do concelho, sendo que todos os anos, antes da consolidação da rede, sendo desafiado a encerrar algumas e, portanto, seria muito mais fácil encerrar as escolas mais pequenas e mais dispersas e trazer os alunos para os centros escolares, os alunos teriam acesso a outras condições que não têm nas escolas pequenas, condições físicas, mas também é assumido por todos nós que, para além das condições físicas, há muitas outras que são necessárias para os alunos fazerem a transição entre a educação pré-escolar ou entre a creche, passando a educação pré-escolar com ambientes muito mais familiares, passando por escolas onde existem apenas duas turmas. Referiu que esta é uma preferência dos pais que lá inscrevem as suas crianças e, portanto, esse parque escolar tem vindo a ser reabilitado dentro daquilo que é possível intervir. Acrescentou que, muitas vezes, são escolas cujos recreios cobertos foram adaptados para se poder servir refeições aos alunos, muitas vezes são escolas onde nem isso acontece e os alunos têm de se deslocar para receber a sua refeição na proximidade e, portanto, tem sido uma posição consensual manter estas escolas abertas, com condições de funcionamento. Esclareceu que, na manhã da presente data, também no âmbito da atividade que já foi anteriormente referida, a Assembleia Jovem, em conversa com o Delegado de Saúde do município que se encontra a fazer uma avaliação de todos os estabelecimentos de educação e de ensino do ponto de vista da Saúde e da Saúde Pública, foi-lhe dito numa frase só que "as escolas do concelho, na generalidade, estão muito bem, havendo casos pontuais a melhorar, mas não existindo riscos para o seu funcionamento". Portanto, disse considerar que, para si, representa um conforto muito grande, mas não impeditivo de todos os anos lutar por um orçamento que permita fazer uma intervenção como o Senhor Presidente da Câmara Municipal já referiu, mas que não pode ser uma intervenção que venha onerar o orçamento municipal de tal maneira que não se possam tomar outras opções igualmente necessárias no âmbito social e no âmbito da educação. Informou que todos os centros escolares estão requalificados e que a Escola Secundária é efetivamente um objetivo. Concluiu mencionando que a Escola Secundária tem sido objeto de algumas requalificações, com um impacto muito positivo na atratividade da escola e também dos cursos que a mesma ministra, admitindo ser claro existir ainda todo um caminho a percorrer por todos, contando com a solidariedade de todos para, no momento de se assumir um compromisso mais arrojado a esse nível, contar com a solidariedade dos Membros Municipais e respetivo voto favorável. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Correia. -----



**Pedro Correia – Chega** – disse entender que questões privadas não devem ser abordadas em sede de Assembleia Municipal, não tendo problema algum em dizer que não reside em Albergaria-a-Velha, mas que, em defesa da honra, referiu ter muito orgulho em ser albergariense e principalmente branquense, porque nasceu e cresceu na Branca e estudou em Albergaria-a-Velha, tendo de sair do concelho por questões profissionais, porque Albergaria-a-Velha não lhe deu a possibilidade de crescer profissionalmente. Acrescentou que, atualmente, é Membro da Assembleia Municipal por eleição dos albergarienses, não estando relacionado com o facto de não residir em Albergaria-a-Velha, entendendo que não se deve misturar assuntos pessoais com assuntos profissionais. Em relação aos transportes, referiu não ser já a primeira vez que o assunto é abordado nesta Assembleia, como já o foi por um Membro mais jovem deste Órgão, que elucidou sobre os problemas dos transportes, problemas esses que também foram hoje referidos pelos alunos aquando da Assembleia Jovem. No que respeita às escolas, disse estar claro que não estão todas no mesmo estado de degradação, nem no mesmo estado de qualificação. No entanto, a Escola de Albergaria será, provavelmente, a escola maior do Agrupamento de Escolas e a mais antiga do concelho de Albergaria-a-Velha, que tem recebido algumas requalificações pontuais. Referiu ter saído dessa escola há catorze anos e que ela estava no mesmo estado em que se encontra hoje, com problemas de infiltrações, situação comprovada pelas fotografias que os alunos partilharam na presente data, na Assembleia Jovem. Continuou dizendo que as janelas são as mesmas de antigamente, de vidro simples, que os alunos têm clara consciência de que as escolas dos outros concelhos são muito melhores que as nossas. Ressalvou não querer atirar pedras a ninguém, só querendo lutar para que se faça pressão junto do Governo, porque a Câmara Municipal não tem capacidade para fazer esse tipo de investimento por si só, havendo, no entanto, muitos fundos europeus que podem ser utilizados através de opções tidas por mais convenientes para assegurar o bem-estar da nossa população, particularmente dos nossos jovens. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Araújo. -----

**Pedro Araújo - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – usou da palavra para dizer que é professor de profissão e, enquanto Vereador da Câmara Municipal nos últimos quatro anos, não concordou com todas as opções que foram tomadas ao nível da educação, mas que também não pode ficar calado, esclarecendo não ser verdade o que o Membro Pedro Correia falou em algumas situações. Assim, referiu que a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha já teve duas intervenções: uma primeira, onde foram substituídas todas as janelas; e uma segunda intervenção, com alteração de um pavilhão. Concluiu, assim, não ser verdade que está igual a outros anos. Porém, referiu concordar que houve uma falha e perda de timing, porque, como o Membro Pedro Correia disse, e muito bem, nas escolas de Oliveira de Azeméis foram gastos milhões na sua recuperação e estão fantásticas, o que não aconteceu em Albergaria-a-Velha. Terminou questionando para quando a terceira fase de requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, para a qual a sua bancada votou contra na primeira proposta e a favor na segunda. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – respondendo ao Membro Pedro Correia acerca da referência que fez sobre o mesmo não residir em Albergaria-a-Velha, disse que o fez por ter dito uma coisa que não é



verdade, fazendo esse grau de comparação no sentido de que o Membro não reside em Albergaria-a-Velha, logo, conseqüentemente, não terá conhecimento de causa por, certamente, não vir a Albergaria-a-Velha. Sobre o problema dos transportes que o Membro Alexandre Nina falou na última sessão da Assembleia Municipal, esclareceu que foi feito o reporte à CIRA sobre a situação, tendo a empresa de transportes respondido que só haveria uma ou duas pessoas, pelo que não existe forma de o município ter um autocarro por causa de um aluno, perdendo-se, por isso, a razão. Informou que o executivo municipal fez o devido reporte logo a partir do momento que teve conhecimento dessa situação abordada pelo Membro Alexandre Nina, tendo obtido a resposta que indicou anteriormente. Sobre a intervenção relativa à escola que tem problemas há catorze anos, agradeceu a intervenção do Membro Pedro Araújo, dado que iria responder ao Membro Pedro Correia o mesmo que disse sobre as janelas que foram trocadas, mas, diz não saber quantas vezes, nesses catorze anos, é que o Membro Pedro Correia foi à escola, sendo verdade que existiram intervenções, recordando o Centro Tecnológico Especializado Industrial, recentemente instalado, representando um investimento muito grande a fundos europeus. Respondeu perceber o timing perdido, mas considera que nem sempre se está disponível financeiramente para tudo, pelo que, provavelmente, à época, o município poderia ter-se candidatado, mas, poderia era não ter a capacidade financeira, porque, alertou, mesmo havendo garantias de financiamento, o município é que tem de andar com o dinheiro à frente, causando um transtorno. Exemplificou com a construção da Unidade de Saúde de Angeja, dizendo que, só passados dois anos da sua inauguração, é que começou a chegar o dinheiro. Concluiu dizendo que estamos a falar de mais de 1.000.000€ que, para um orçamento de um município como o de Albergaria-a-Velha, faz uma diferença enorme, pelo que, eventualmente, o que o município fez na altura em que se podia ter candidatado e não se candidatou, teria feito a mesma opção, sendo preferível dar um passinho de cada vez do que grande e descarrilar. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Correia. -----

**Pedro Correia – Chega** – afirmou que não disse que não houve nenhuma requalificação ao longo de catorze anos, mas sim que ao longo de catorze anos poucas obras foram feitas na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha. Disse saber que existiu a requalificação no Centro Tecnológico, mas que, no entanto, existem mais três blocos, um pavilhão e o edifício principal. Concluiu afirmando não ser com um pouco mais de 2.000.000€ que foram investidos ao longo destes catorze anos que se vai fazer obras naquele espaço todo, dizendo estar a tentar zelar pelos interesses dos mais jovens que nesta data mostraram as suas preocupações e problemas. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Luís Oliveira. -----

**Luís Oliveira - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** –usou da palavra, referindo que não se iria imiscuir sobre questões da escola em si porque, deontologicamente, como professor, considera não o dever fazer. Assim, afirmou que a Escola de São João de Loure tem melhores condições que a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, com boas salas, professores e funcionários, que são do mesmo Agrupamento, levantando, para si, a questão de que se são somente as condições físicas que determinam o número de alunos, porque se fosse, teríamos o inverso, estavam todos em São João de Loure e não em Albergaria-a-Velha. Referiu ser verdade que a Escola Secundária está melhor que no passado, mas que o problema é que tem mais de cinquenta anos e efetivamente tem problemas: falta



de sanitários e condições exíguas em algumas salas, agravado quando historicamente foi feita a Escola Secundária, porque houve uma grande procura de alunos, não obstante terem feito o regime de desdobramento na Escola Secundária e ainda se fez uma habilitade pegando-se em algumas salas generosas que se dividiram e gabinetes que passaram a salas de aula, ou seja, efetivamente tem o número de salas X, mas, na prática deveria ser inferior, portanto, é preciso fazer mais salas para a procura que tem com instalações adequadas. Continuou dizendo serem questões importantes para resolver, que faltam sanitários, quer para os funcionários, quer para professores, quer para alunos, que falta sala para a Associação de Estudantes, entre outros espaços. Referiu que o único pavilhão que não foi ainda alvo de intervenção foi o geral, onde praticamente não há salas de aula, mas sim a Biblioteca. Disse entender necessário lembrar que as autarquias têm responsabilidades há pouco tempo nesta área e que, na altura, terá dito à Senhora Vereadora e ao atual Senhor Presidente da Assembleia Municipal, então Presidente da Câmara Municipal, que, provavelmente, não teria sido mal pensado em construir uma escola noutra local, tendo em conta a questão financeira, onde a Câmara recebia aquela escola e essa escola poderia financiar a criação de uma nova escola no sítio onde o município está atualmente a construir a habitação. Considerou, quanto a este assunto, que existe um outro problema mais grave, quando os alunos da zona norte do concelho vão prosseguir os seus estudos, maioritariamente, preferem ir para o concelho vizinho. Defendeu que estes problemas só se podem resolver com diálogo interno e externo, encontrando-se estratégias que melhor promovam as escolas e para melhor promover os alunos. Informou ser Coordenador do Centro Qualifica, e que, por vezes, já se tentou promover o Centro Qualifica na Branca, sendo uma dificuldade, pois os alunos vão para outro sítio, podendo até dizer que, por vezes, os mesmos preferem o Centro Qualifica de Sever de Vouga (e outros aqui vizinhos) em vez do nosso, em Albergaria-a-Velha. Sobre este facto considera haver falta de diálogo, nos sítios certos, que faça a sua promoção, afirmando ser verdade que o nosso concelho tem alguns centros educativos que sofreram intervenções, quer no passado, quer agora, e que são de excelente qualidade. Referiu ser para si claro, quando lhe dizem que há bolor nas salas, ele que tem uma casa com mais de vinte anos e que também tem problemas desses, porque as humidades existem, em casas cuja exposição solar não é a melhor ou quando não há circulação de ar adequada e quando temos muita gente num local menor a respirar, a humidade aumenta, pelo que nada impede que uma escola nova também possa ter. Acrescentou que, na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, os pavilhões de salas de aula, à exceção do geral, têm todos vidro duplo e alumínio novos, mas manteve-se a estrutura inicial quando se deveria ter reduzido o número de salas para aquela área. Assim, considera haver, agora, problemas de estrutura, sendo a ambiência também extremamente importante. Terminou questionando qual será o motivo pelo qual os alunos vão para a Escola Secundária de Albergaria-a-Velha ou para a Escola Básica de Albergaria-a-Velha e não querem ir para a Escola de São João de Loure, referindo ter as suas ideias, mas que não as transmite. Disse ser necessário perceber as causas, havendo, para si, razões objetivas para que isso esteja a acontecer, sendo necessário que seja dado um passo e que se fale com os "stakeholders". -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----



**Presidente da Câmara Municipal** – interveio dizendo que o Membro Luís Oliveira falou por experiência própria e que tem toda a razão naquilo que diz, acrescentando que, enquanto ex-Presidente da Junta de Freguesia da Branca, também se apercebeu do facto de muitos alunos da zona norte da Branca quererem ou preferiam ir para Oliveira de Azeméis. Concluiu ser um problema a conversar e perceber as verdadeiras causas, como controlar esta situação, pois muitas vezes os alunos vão para Oliveira de Azeméis quando existe oferta do mesmo curso em Albergaria-a-Velha. Terminou a sua intervenção, dizendo ser um problema estrutural, para cuja resolução o executivo municipal se encontra disponível, para trabalho conjunto com os Diretores dos Agrupamentos e outros, a fim de se tentar minimizar o problema. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Pintor. -----

**Pedro Pintor - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – iniciou a sua intervenção, dizendo que os Membros da Coligação gostariam de perceber se efetivamente existe uma data para o início da terceira fase da requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, ou se tal ainda está dependente de algum fator que não dependa da autarquia. Continuou afirmando ter a vantagem de residir em Albergaria-a-Velha, pelo que irá falar com alguma propriedade. Congratulou-se com o facto de o Mercado do Pão ter sido, sem dúvida, um sucesso, pelo que, à semelhança do CDS-PP, também poderão contar com a sua bancada para reconhecer sempre quando alguma coisa é bem feita e, seguramente, muita coisa vai ser bem feita, e quando não for, também estarão cá para assinalar, como sempre têm vindo a fazer. Referiu que o Festival Pão de Portugal foi algo que nos últimos quatro anos, também na oposição, a sua bancada fez questão de frisar que era o modelo que não tinha, ou não acrescentava, valor para aquilo que era a dinâmica de Albergaria-a-Velha. Sobre o assunto, assinalou a coragem do executivo municipal, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, Henrique Caetano, de rever o evento e, em sua opinião, muito bem, pelo que a sua bancada o assinala como algo positivo e que veio dar dinâmica durante um fim de semana e mais alguns dias, ao centro de Albergaria-a-Velha. Sobre o centro de Albergaria-a-Velha, e usando as palavras do Senhor Presidente quando disse que não somos uma grande cidade, referiu estar totalmente de acordo, considerando que devemos ambicionar ser uma grande cidade e nos equipararmos às que são melhores e maiores e podermos até usar os exemplos do que outros municípios fazem para poder chamar mais gente para Albergaria-a-Velha e para o centro, nomeadamente, pegando até na discussão tida sobre a praça em frente à Câmara Municipal. Continuou dizendo que, sobre isto e pegando no exemplo a dar do sucesso do Mercado do Pão, referiu que a verdade é que são situações isoladas ao longo do ano e, no ano passado, por altura do Albergaria ConVida, terá frisado numa reunião de Câmara Municipal que era Albergaria sem vida, e hoje considera que continuamos, em certa medida, com Albergaria sem vida. Argumentou que o Mercado do Pão funcionou, chamou pessoas, criou dinâmica, envolveu associações, coletividades, comerciantes, mas, ao longo do resto do ano ou parte do ano, durante o fim de semana, nada se passa ao sábado à tarde e ao domingo, pelo que afirma que Albergaria-a-Velha é um dormitório para muitas pessoas. Considera por isso ser necessário dar dinâmica não só ao centro de Albergaria-a-Velha, mas também ao concelho como um todo, efetivando uma política diferenciadora, que ajude a dinamizar o comércio local. Sublinhou que o tema da mobilidade, há pouco abordado, não deverá ser o fator essencial na decisão sobre o que fazer, porque precisamos é de mais pessoas e não obstáculos à



vinda dessas pessoas e, portanto, a sua bancada assinala exatamente isso, usar o exemplo positivo do Mercado do Pão, que veio dar dinâmica, e que possamos, enquanto município, desenvolver outras atividades e outras iniciativas que venham reforçar efetivamente essa centralidade no concelho de Albergaria-a-Velha, dando mais vida àquilo que é o nosso dia-a-dia, seja durante a semana, seja ao fim de semana. Feita esta referência, apelou a que efetivamente possam existir mais iniciativas para a dinamização do nosso concelho. Lembrou quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que há muita coisa por fazer. Efetivamente existe muita coisa por fazer, sendo para isso que estão nesta Assembleia Municipal, tal como o executivo municipal seguramente foi para isso eleito, pelo que a sua bancada, como oposição, está presente para questionar e pedir esclarecimentos quando assim seja necessário. Acrescentou também que até já o público elencou problemas nas vias rodoviárias, um problema de anos, para o qual a sua bancada vem alertando ao longo dos últimos anos, sendo um bom espelho disso a estrada da Senhora do Socorro. Terminou dizendo que, sobre esta via, na última Sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser uma questão de aquisição de terrenos, pendente de ser desbloqueado e, portanto, considera que passado meio ano, desde que o executivo municipal iniciou funções, é altura de se saber, ao certo, dada a utilização e a mais-valia para duas das maiores freguesias do concelho, em que ponto está e em que momento arranca a obra.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Alexandre Nina. -----

**Alexandre Nina - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.II** – usou da palavra e apresentou uma mensagem de apreço às comemorações do 25 de Abril, não só ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como ao Comissário Dr. Mário Branco e também ao Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim. Fez referência à Assembleia Jovem, dizendo que o trabalho de diagnóstico de problemas e procura de soluções apresentado nesta data pelos alunos não é a primeira vez que é feito, mas sim todos os anos no âmbito da Assembleia de Delegados, fazendo apelo a que este trabalho seja continuamente valorizado, não só este ano e não só porque a Assembleia Jovem faz parte das comemorações do 25 de Abril. Acrescentou ser um bom trabalho para o qual os alunos se esforçam em procurar soluções, em conjunto, soluções essas que devem ser apresentadas tal como foram no presente dia, pelo que espera que esse trabalho tenha resposta, mas que haja, acima de tudo, uma tentativa de o compreender. Deu como exemplo os transportes que, desde logo agradecendo a atualização sobre a sua questão feita na sessão anterior, ao serem apresentados os problemas nos transportes públicos em Albergaria-a-Velha por parte dos alunos, estes falaram, por exemplo, da necessidade de haver uma aplicação ou que a mesma fosse mais acessível na Internet e, efetivamente, constata-se que essa aplicação existe mesmo e é acessível na Internet. Assim, concluiu que são estes pequenos problemas que se podem resolver com uma conversa com os Diretores dos Agrupamentos, devendo ser compreendidos e resolvidos, fazendo chegar aos alunos as informações de que necessitam.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva. -----

**Arménio Silva – CDS-PP** – interveio, dizendo ter ouvido falar nesta Assembleia, com agrado, do plano de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar, mas que existe uma outra condicionante que a Câmara Municipal deveria pugnar por ela, que é um dos maiores problemas do Rio Vouga, neste momento, e das suas cheias - a falta de alocação para o caudal do rio em períodos de cheia, ou seja, o leito do rio



está assoreado, sendo esse o principal problema, referindo que se andam a colocar taludes de um lado e de outro do rio, em terra, areia, precisamente para aumentar a capacidade de vazamento do rio, o que é, na sua opinião, contranatura, porque o que era lógico era baixar o leito do rio, porque está taludado naturalmente, e aquele leito é um leito de areia, essencialmente de areia, portanto, há ali riqueza de inertes que poderiam ser aproveitados. Referiu que vamos gastar para cima de 1.000.000€ na reposição de toda aquela estrutura que envolve o rio e se pugnássemos pela reposição do leito do rio a uma cota inferior, o problema ficaria praticamente resolvido. Acrescentou que se não for esta a solução, ainda existem mais duas soluções. Uma era permitir que a cheia entrasse por baixo, lentamente, à medida que vai enchendo, e depois também vazaria. Para isso será preciso repor algumas valas que foram tapadas e têm vindo a ser tapadas pelas explorações agrícolas, existindo muitas valas que estão a ser assoreadas, tapadas e provavelmente, em última análise, fazer o que Águeda fez também, que foi fazer um rio de descarga de redundância e, portanto, ali também é possível, aliás, existe uma vala junto ao campo do Agro que poderia ser alargada, replicada por ali abaixo, ou seja, a Câmara Municipal tem de pugnar pela luta daquilo que são as condicionantes naturais do rio, baixar o leito do rio ou arranjar outras alternativas, caso contrário, já se chegou à conclusão de que a barragem não é suficiente. E agora estes períodos poderão ser cada vez mais agressivos, não havendo nada que aguente. Quanto à segunda situação, referiu estarmos no período de pré-incêndios e, nos últimos, que foram particularmente funestos para o nosso concelho, assistiu, porque lá andou dois dias e infelizmente ou felizmente, não tem trator, mas os nossos agricultores e os empresários têm agricultores a fazer esse trabalho, e substituíram-se aos bombeiros. Não é que os bombeiros tenham feito um mau trabalho, não é nenhuma crítica, mas os bombeiros são limitados, tem um corpo limitado e têm meios limitados, não chegando a todo o lado, e o concelho estava todo a arder, os concelhos limítrofes também e, portanto, assistiu a que só não ardeu tudo na zona ribeirinha, porque os agricultores, com os tanques e com bombas, apagavam o incêndio. Referiu ter ficado impressionado com algumas situações, voltando a dizer que alguns tanques de dezenas de milhares de litros com aqueles canhões de água iam a dezenas de metros e apagavam o fogo sem se deslocarem, estavam no caminho e apagavam o fogo e os bombeiros tinham muita dificuldade em chegar sequer lá, porque andavam primeiro a puxar a mangueira para lá e depois a mangueira vai por lá fora e dois homens a arrastar, portanto, deixa aqui o repto para uma situação que Câmara Municipal deveria ponderar, sabendo que está a ser feito trabalho com as Juntas de Freguesia, formação, levantamento dos meios com os agricultores, um plano de ação, mas que, se calhar, a Câmara poderia fomentar algo mais, sairmos da caixa e perceber o que é que poderemos fazer. Eventualmente apoiar na compra dessas bombas para ajustar aos tanques, se calhar comprar um tanque ou dois por freguesia. Disse que o que é facto é que estamos em época próxima de incêndios e se tudo acontecer como habitualmente, volta a arder outra vez praticamente tudo, ou o que está por arder, exemplificando com o que ocorreu recentemente em Eirol, junto ao aterro sanitário, e após um período de chuva intensa e, mesmo assim, oito dias depois voltou a arder tudo e ficou incontrolável e é assim que vai acontecer. Terminou alertando para o período de pré-incêndios e para os comunicados das entidades oficiais, que referem poder este ser o pior ano de sempre em termos de incêndios, pelo que dever-se-á fazer mais alguma coisa. -----



**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** - respondendo ao Membro Pedro Pintor e quanto à questão de eventual garantia sobre o início de obras na Escola Secundária neste mandato, respondeu não poder garantir, uma vez que não depende somente da boa vontade do município, dependendo também da capacidade financeira para avançar com o dinheiro necessário. Mesmo havendo financiamento, a autarquia é obrigada a avançar com os pagamentos, tudo dependendo de prazos e dos valores envolvidos. Referiu ser uma questão de fazer contas. Poderá ou não acontecer, não garantindo início de obra no mandato em curso. Respondendo à afirmação de Albergaria não ter vida, disse respeitar a opinião do Membro Pedro Pintor, tendo decorrido somente seis meses desde que o executivo iniciou funções, havendo já indícios do que pretendem fazer e, em termos de dinâmica, muito mais coisas vão acontecer, querendo acreditar que irá mudar alguma coisa em Albergaria-a-Velha, sendo posteriormente avaliados. Referiu estar a ser desenvolvido trabalho, no sentido de criarem dinâmicas diferentes, não só para o centro de Albergaria-a-Velha, porque Albergaria-a-Velha não é só o centro. Acrescentou que, infelizmente, passa-se o mesmo em outras cidades, porque as pessoas vão para dentro dos centros comerciais. A atual realidade não é a mesma que era há vinte/trinta anos, onde os miúdos brincavam na rua, a jogar à bola, das oito horas da manhã até às oito da noite. O executivo tem uma intervenção pensada, estando a trabalhar nela para o centro de Albergaria-a-Velha, mas ir-se-á caminhando e trabalhando, perspetivando-se novidades, não podendo estabelecer ainda prazos, porque estão em desenvolvimento. Sobre a Estrada da Senhora do Socorro, disse considerar ser uma das que apresentam situações mais graves, havendo outras, esclarecendo que foi já efetuado o levantamento, estando o executivo a aguardar resposta da CCDR Centro sobre o financiamento que virá, tendo sido recebido um adiantamento, pelo que o executivo vai iniciar o processo para execução da obra, entre outras ruas que carecem de pavimentação. Reconheceu que o piso das vias em Albergaria-a-Velha não está em bom estado, de forma geral, não estando, no entanto, todas mal, daí a sua execução avançar o mais breve possível, elencadas que estão já as vias onde se pretende intervir. Continuou dizendo que a problemática dos terrenos se mantém, não o terreno na totalidade, mas só a parte necessária ao alargamento, afirmando não ser esse processo que vai impedir o projeto da ciclovia, a ligação da Senhora do Socorro a Fradelos, assumindo não ter ainda pegado nesse processo dos terrenos da ligação da Senhora do Socorro a Fradelos. Disse preocupá-lo mais o estado do pavimento da via. Esclareceu que os processos dos dois terrenos não inviabilizará a obra, resolvendo-se a tempo. Respondendo ao Membro Alexandre Nina, sobre as comemorações do 25 de Abril, respondeu considerar unânime o trabalho que vem já do Dr. Mário Branco e ao qual o atual Presidente da Assembleia Municipal, António Loureiro, vem dando continuidade e bem, acrescentando que no dia de hoje, na Assembleia Jovem, foi extraordinário ver a sala principal do Cineteatro cheia de alunos, professores e pessoal docente e não docente, considerando ter sido um grande dia para a democracia e para os jovens, integrando-os na vida democrática do Concelho. Referiu que a Assembleia Jovem ainda não lhe fez chegar as propostas dos alunos, mas tudo o que estiver ao alcance do executivo, gostaria de conseguir concretizar. Continuou mencionando que a aplicação dos transportes já existe, podendo também dizer que, no âmbito da CIRA e a partir de 1 de abril, foi criado o passe intermunicipal



de 20€ por mês. E na reunião realizada com o Secretário de Estado da Mobilidade, ficou a saber que está prevista a ligação a muitas mais Comunidades Intermunicipais, sendo pretensão do Governo fazer a ligação do país todo com uma só aplicação. Esta intenção traduz um grande problema para o Governo que está a ter dificuldades em criar uma aplicação que seja generalizada para todo o país. Ultrapassada esta dificuldade inicial, quer acreditar que daqui a alguns anos, não muitos, todos os portugueses terão acesso a transportes públicos a preços perfeitamente acessíveis, permitindo circular por todo o país. Respondendo ao Membro Arménio Silva, sobre o Rio Vouga, disse concordar que as valas assoreadas são uma realidade. Disse ainda que, de acordo com o que viu no mapa dos desenhos dos terrenos na zona de São João de Loure e Frossos, da APA, estão identificadas as mães-de-água, as ligações "ladrões de água", de entrada e saída, e está prevista uma intervenção para que elas apareçam de novo. Acrescentou que a intervenção é da APA e não do município, sendo a APA "dona" das mães-de-água, querendo acreditar que venha a ser uma realidade. Sobre as intempéries e os incêndios, disse que preparados nunca ninguém estará. Referiu que o município já adquiriu os tanques, estando um completamente pronto para ser instalado e os outros sete a ser trabalhados. Informou que irá ser colocado um por freguesia, sendo tanques com cerca de 50.000 litros de água que darão para abastecer mais de vinte viaturas dos bombeiros. Declarou que o projeto tem sido um desafio que apresentou aos Presidentes de Junta, que foi o de identificarem cursos de mãe-de-água para garantir que a água nunca falte, porque mesmo estando a sair água para os carros de bombeiros poderem abastecer, que a água das mães-de-água esteja sempre a reabastecer. Considerou ser um projeto muito interessante que irá dar uma garantia de que poderá não faltar a água no combate aos incêndios. Sobre o Regulamento de Apoio às Freguesias, referiu, com agrado, existirem as Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC), registando que todas as Juntas vão criar as suas ULPC em cada freguesia, onde vão envolver os agricultores que têm os tratores e todos os outros membros da sociedade que tenham esses meios para poder ajudar a combater os fogos. Esclareceu que, no fundo, as ULPC serão para dar apoio aos bombeiros, nunca os substituindo, não sendo essa a pretensão, mas sim de apoiar os bombeiros e, provavelmente, muitas vezes, eventualmente, serem os primeiros a intervir no incêndio. Terminando a sua intervenção, alertou para o facto de nunca ninguém estar preparado para uma tragédia, esperando que este ano (e os outros) não seja grave. Disse querer acreditar que este projeto que o executivo criou, relativo aos tanques pelas freguesias e na Zona Industrial, mais os três que vêm da CIRA, salvo erro um para Vila Nova de Fuzos, outro para o Fial e outro para Crestelo, se concretize no próximo ano, não podendo, no entanto, prometer. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva. -----

**Arménio Silva – CDS-PP** – referiu considerar extremamente importante abrir acessos ao rio, para que os tratores lá consigam chegar com facilidade, dado que nos últimos incêndios tiveram muita dificuldade nos referidos acessos para abastecimento rápido. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro José Pedro. -----

**José Pedro - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – assinalou que ontem completou-se um ano sobre o célebre apagão, um problema do país e o problema das comunidades em geral. Não é só incêndios, não são só cheias, mas agora também acontecem apagões e há de acontecer outro género de fenómenos naturais, provocados ou não. Confessou que o apagão foi das situações mais



duas que já atravessou, pondo em causa serviços fundamentais de apoio a pessoas vulneráveis, sejam crianças, idosos, toda a circulação, a comunicação, o abastecimento de água, o abastecimento de géneros alimentícios, porque, atualmente, eles são conservados e é preciso ter meios para manter essa conservação. Alertou para o facto de não estarmos de maneira nenhuma preparados para uma situação destas. Falando-se agora em indemnizações considera que não é disso que precisamos, mas sim de soluções. Terminou dizendo ser necessário um grande diálogo entre todos os intervenientes, começando com a principal participação das pessoas que estão mais vulneráveis às consequências de um fenómeno do género, que eles próprios dizem que não estamos livres de acontecer a muito curto prazo, deixando este alerta que julga merecer reflexão, trabalho e que sejam encontradas soluções. ----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** - diz concordar perfeitamente com a observação do Membro José Pedro, assumindo estar em falha com uma associação do nosso concelho por falta de agenda. Referiu ser uma associação do nosso concelho que apresentou uma solução para um eventual apagão e para a qual tem já uma resposta, pelo que, logo que possível, será marcada uma reunião. Continuou dizendo que o executivo está aberto a conversações com todas as IPSS nesse sentido, que o queiram fazer, para trabalho conjunto em busca de soluções, considerando ser pertinente a observação do Membro José Pedro, porque é um problema que acredita, a nível pessoal, que se irá repetir. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo mais intervenções, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, dando início ao Período da Ordem do Dia, depois de agradecer aos líderes dos Grupos Municipal, Henriqueta Carlota, Pedro Correia, José Pedro e Pedro Rebelo, e aos Secretários todo o apoio que deram à realização das Comemorações do 25 de Abril, agradecendo ainda ao Senhor Presidente da Câmara, aos Vereadores, aos colaboradores e também publicamente a todos por toda a colaboração prestada. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo mais intervenções, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, dando início ao Período da Ordem do Dia. -----

#### **E - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

#### **PONTO 1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, REALIZADA EM 25.02.2026** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – informou que, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os Membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 1. -----

**Votação:** Colocada a votação a ata da sessão ordinária de fevereiro de 20256, realizada a 25.02.2026, estando presentes os vinte e sete Membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor dos Membros Municipais presentes e com direito a voto. Não participaram na votação da presente ata, por não terem estado presentes na sessão a que ela respeita, os Membros Municipais: Ana Maria Marques Silva Moura, da Coligação Albergaria em Primeiro – PPD/PSD.IL,



Henriqueta Carlota Alves Cordeiro Meirinhos, do PS, e o Ruben André de Carvalho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior. -----

**PONTO 2 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A “ATIVIDADE MUNICIPAL” E “SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”**-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 2. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – interveio agradecendo aos colaboradores do município pela forma sucinta com que elaboraram o documento e dizendo estar disponível para algum esclarecimento. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo inscrições para intervir, estando presentes vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal e Situação Financeira do Município”. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

**PONTO 3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS E BALANÇO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2025**-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 3. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – respondeu estar disponível para prestar esclarecimentos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – abriu as inscrições para intervenção no ponto 3. Concedeu a palavra ao Membro Luís Oliveira. -----

**Luís Oliveira - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – usou da palavra, referindo que a apresentação destes documentos relativos à gestão de 2025, é também, em si, o momento oportuno para fazer um balanço do ciclo político anterior e da herança deixada ao atual executivo. Acrescentou que tentará fazê-lo de forma simples, objetiva e com base em números. Afirmou que o anterior Presidente referiu várias vezes as dificuldades que recebeu em 2013, e que importa agora comparar a situação com a realidade deixada em 2025. A dívida bancária do município, que no final de 2013 rondava os 5.300.000€, situa-se em 2025 nos 6.700.000€, tendo havido um agravamento da dívida, particularmente no último mandato. Os juros e encargos suportados passaram de cerca de 73.000€, em 2013, para cerca de 239.000€, em 2025. Ou seja, o custo da dívida aumentou de forma expressiva. Os resultados transitados que eram cerca de -3.900.000€, em 2013, passaram para cerca de -11.200.000€ em 2025. As despesas com pessoal que em 2013 eram inferiores a 4.300.000€, ascendem, em 2025, a cerca de 8.700.000€. Em termos práticos, duplicaram. Onde houve um crescimento significativo foi na receita fiscal. Os impostos, contribuições e taxas passaram de cerca de 4.450.000€, em 2013, para cerca de 7.040.000€, em 2025. Também as transferências e subsídios aumentaram de cerca de 6.230.000€ para cerca de 11.800.000€. Mas importa dizer com clareza: uma parte relevante deste aumento resulta das transferências de competências do Estado para os municípios. Acompanhado de



novos encargos, sobretudo com o pessoal, não representa riqueza nova disponível. Esta é a herança financeira recebida pelo atual executivo. E existe ainda outra herança: o estado da conservação das vias municipais que revela anos de insuficiente investimento na manutenção. Relativamente ao exercício de 2025, os próprios documentos são claros: as despesas com pessoal aumentaram 11%, relativamente a 2024; os fornecimentos e serviços externos aumentaram 4,6% relativamente a 2024; o resultado operacional foi negativo em 876.596€, agravando-se 121%; o resultado líquido foi igualmente negativo em 994.791€, com o agravamento de 80,7%, tudo relativo a 2024. A margem operacional degradou-se em 3,4% e a margem líquida em 3,9%. Os documentos concluem, bem, que existe necessidade de: reforçar mecanismos de controlo da despesa, promover a eficiência operacional e assegurar a sustentabilidade dos resultados no médio/longo prazo. Diz concordar com estas conclusões do documento e, Senhor Presidente, enquanto se tomam decisões positivas, também importa reconhecê-lo: no caso do Festival do Pão foi visível uma preocupação em maior eficiência operacional e, no nosso entendimento, com melhor qualidade global. Por isso disse deixar os parabéns ao Senhor Presidente pela opção de gestão seguida neste evento. Por fim, disse acompanhar-se igualmente a preocupação expressa na nota relativa aos acontecimentos posteriores à data do relato. Quando se refere à existência de incertezas futuras, impactos difíceis de quantificar, nomeadamente o comportamento da inflação e as respetivas consequências, não diria melhor e está nos documentos vertidos pelo Senhor Diretor Financeiro. Disse concordar absolutamente com o que está descrito, que os números mostram que o município precisa de rigor, controlo de despesa e estratégia financeira clara, devendo ser esta a prioridade dos próximos anos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** –concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva.-----

**Arménio Silva – CDS-PP** – referiu ser curioso que de onde o Membro Luís Oliveira tirou os dados que apresentou, leu-o da página 14 à página 17 do Relatório do Revisor Oficial de Contas, mas só algumas coisas. Assim, informou que irá ler as outras que faltaram, exatamente aquelas que ele não leu. Mas antes disso, queria deixar três ou quatro notas: a dívida aumentou, é claro, mas o orçamento não tem nada a ver do início de 2013 para 2025, os orçamentos aumentaram muito, portanto, é normal que da atividade destes orçamentos, a dívida também aumente. Despesas com pessoal: quando o Membro Luís Oliveira fala desta forma, refere ter ficado com a ideia de que a Câmara tinha duplicado o número de colaboradores, mas esquecemo-nos do seguinte: é que uma taxa de 5% ou 6% de correção salarial ao ano, em 12 anos, dá qualquer coisa de 70%; portanto, os salários teriam de aumentar 70% neste mandato. Mas não nos podemos esquecer também que a Câmara tem outras coisas: alguns aumentos que têm de fazer decorrentes das correções de carreira salarial e tem ainda outra situação, as transferências de competências que também estão refletidas. Disse achar que as transferências de competências também estão aqui incluídas, portanto, tal explica claramente o aumento com o pessoal que é substancial e é de referir, mas está perfeitamente justificado. Quanto à situação operacional que foi aqui falada pelo mesmo Membro, é verdade, mas esqueceu-se de ler que "*o rácio de endividamento fixou-se em 18,4%, evidenciando um nível moderado de responsabilidade financeira*", portanto o nosso município está de facto equilibrado, não piorou, a dívida está controlada, sendo maior porque os orçamentos também são maiores. Esqueceu-se também desta frase: "*destaca-se a forte redução do passivo de curto prazo contribuindo para a melhoria da posição financeira*". Depois, na mesma página,



mais abaixo, "*impostos, contribuições e taxas*", no ano passado, cobraram -5,6%. Está aqui, claro, ou seja, houve aqui um esforço do município para que uma parte destes impostos ficasse do lado dos cidadãos/contribuintes. É essa a primeira imagem que faz. Quanto a vendas, tiveram -45,1% e prestação de serviços +7,6%, que à frente, também, no relatório, diz, e é bem verdade, e nós temos de tomar atenção, esta contratação de serviços está a pôr pressão na despesa corrente, porque a Câmara não tem facilidade de recrutar pessoas para fazer os trabalhos e tem de recorrer a subcontratação e a prestação de serviços. E depois na mesma folha, continuando, "*fornecimento e serviços externos*" +4,6%, "*gastos com pessoal*", +11%, não é porque aumentaram as pessoas, dizendo estar convencido que todos os Membros votariam a favor, ou pelo menos a grande maioria aqui votaria a favor, que os colaboradores da Câmara, na sua grande maioria, ganham menos do que no privado, ou seja, diria que são mesmo mal pagos e, portanto, todos votariam a favor de uma reposição salarial nos quadros da Câmara, exigindo que os serviços continuem e melhorem, portanto, "*gastos com pessoal*" +11%. Considera que "*depreciações e amortizações*" é extremamente importante, +5,3%, tem depois a ver com o resultado operacional que consta do documento. Continuando, em baixo, nos indicadores económicos, "*peso dos gastos com pessoal*", 34,2% dos rendimentos, ou seja, isto mantém-se estável no nosso município, quer queiramos, quer não, tem andado sempre nestes valores percentuais. E, no fim dessa folha, o Membro Luís Oliveira também se esqueceu, e isto é importante, que vem de acordo com aquilo que ele diz que é "*os indicadores refletem um aumento da pressão da despesa corrente*", é claro, todos nós queremos uma piscina na nossa freguesia, um campo relvado, pistas, parques, cineteatros, boas escolas e por aí fora. Isto claro, paga-se e paga-se com despesa corrente, portanto, cada vez temos um parque de maiores infraestruturas, um parque com cada vez mais infraestruturas, e isto tem um custo. Agora vamos à última página e aqui sim, o Membro Luís Oliveira, não sei se foi porque não tinha determinadas páginas, mas faltou a da "*análise financeira*" e "*autonomia e solvabilidade*", dois dos melhores e mais importantes rácios para qualquer instituição, seja ela financeira, seja privada, seja empresarial. Refere que a "*autonomia financeira*" aumentou de 78,3% para 81,6%, pelo que no relatório do Revisor Oficial de Contas, para que não haja dúvidas nenhuma, que todos aprovaram que fosse este Revisor, estes números foram auditados e estão corretos, portanto, considera, ninguém irá duvidar disso, e se duvidar têm de tratar isso pelas formas corretas. Portanto "*autonomia financeira*" melhorou, a solvabilidade com melhoria de 3,61% para 4,43%, +22,7%, e uma frase de conclusão por baixo "*o município apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com elevada capacidade de cobertura das suas obrigações*". À frente, "*liquidez geral*" de 2,68%, representando um rácio que considera que todos gostariam de ter; "*liquidez imediata*", 1,27%; mais uma vez, os indicadores demonstram uma posição confortável de tesouraria, permitindo assegurar o cumprimento das responsabilidades a curto prazo, ou seja, está confiante que o executivo anterior, apesar das dificuldades, e sendo claro, até esperava pior, tendo sido (o ano passado) um ano de eleições, não conhecendo nenhum município, ou nenhum executivo que, em anos eleitorais, diminua a sua despesa. Continuou dizendo que toda a gente quer cumprir com as obras que projetou três anos antes e, portanto, naquele ano, vai inaugurar obras, vai acabar e vai pagar. Portanto, disse considerar estarem de acordo que eles têm, neste momento, dificuldades. Efetivamente, está convencido que o Senhor Presidente da Câmara queria era fazer obra e não tem dinheiro para fazer essa obra toda,



portanto, vai trabalhar, mas, esta é a posição. Depois, acrescentou, diz assim: "*ponto 5 - Evolução e sustentabilidade*". A evolução verificada no exercício de 2025, evidencia estas contas, onde a grande maioria vem por parte do executivo do Senhor Presidente, que agora é o Presidente da Assembleia e que foi Presidente do executivo e o Senhor Presidente da Câmara herdou isto, sendo que tem aqui três meses de trabalho. Refere "*Evolução e sustentabilidade*": a evolução verificada no exercício de 2025 evidencia reforço do património líquido, tendo ficado estupefacto: o património líquido melhorou; houve redução do passivo global; houve melhoria significativa dos níveis de liquidez; houve continuidade do investimento em ativos fixos, que também é importante. Enfim, no fundo e nas considerações finais, diz assim: "*face ao exposto, conclui-se que o município apresenta uma situação financeira sólida, equilibrada, sustentada por elevados níveis de autonomia financeira e liquidez*". Acrescentou que, tendo lido estes pontos que estavam nas mesmas folhas de onde o Membro Luís Oliveira retirou aquilo que falou, que entende perfeitamente, cuja posição é perfeitamente compreensível por parte da oposição, pois, se assim não fosse, se calhar, sentar-se-iam ao lado da bancada do CDS-PP. Referiu que a bancada da Coligação está na Assembleia para fiscalizar as contas e para falar daquilo que eles acham que não está bem. Disse pretender deixar, também, uma mensagem ao Membro Luís Oliveira e restantes: as frases que proferiu foram retiradas de onde o Membro retirou também os seus comentários negativos que se ouviram e que, efetivamente, lá constam, mas que também constam os positivos que se esqueceu de ler. Esclareceu que há uma situação que quer deixar clara: quando se fala sempre na despesa corrente tem de se perceber aquilo que querem, pois se forem melhores e dignas infraestruturas para a população do concelho, vamos ter de pagar, não são os equipamentos, como a manutenção deles, e a manutenção implica pessoal, implica a contratação de serviços, o que implica também pressão sobre as despesas correntes. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** –concedeu a palavra ao Membro Pedro Correia. -----

**Pedro Correia – Chega** – usou da palavra, referindo que a despesa corrente já representa aproximadamente 2/3 da despesa total do município. Dentro dessa despesa corrente, cerca de 42,4% correspondem a gastos com pessoal, quando em 2024 essa percentagem correspondia a cerca de 40%. Disse não podermos afirmar que as contas do município estejam más, porque até estão bastante boas, não valendo a pena estar-se a tentar ludibriar os números, portanto é o que é. No entanto esta trajetória, e tipo de decisões: aumento da despesa corrente e aumento de gastos com o pessoal constantes, acabam por explicar os resultados menos positivos que se traduziram num resultado líquido negativo. E à medida que vai aumentando a massa salarial da Câmara Municipal, o executivo também acaba por recusar depois propostas de redução de impostos, como propôs numa das primeiras Assembleias deste mandato. Concluiu que tal acaba por eliminar margem de manobra no futuro, que haverá menos capacidade de reduzir a carga fiscal e atrair famílias para o nosso concelho, menos empresas, menos espaço para investimento estrutural e uma maior rigidez orçamental em anos de quebra de receitas, tendo estes aspetos que ser tidos em conta e ser salvaguardados para que, no futuro, não se tornem numa faca de dois gumes e acabem por afetar a solvabilidade da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----



**Presidente da Câmara Municipal** – referiu que se existem pessoas que gostam de ter as contas em dia, ele é um deles. Disse que, infelizmente, herdou uma Junta de Freguesia numa situação complicada, tendo o seu executivo conseguido dar a volta por cima e deixar a situação mais ou menos normalizada. Continuou dizendo que, enquanto empresário, no dia 29/30/31 do mês em que ia pagar os vencimentos dos colaboradores, era o dia mais satisfatório, por duas razões: primeiro porque a empresa tinha capacidade financeira para, e depois porque eles fizeram por merecer o vencimento. Por isso, se há uma pessoa que gosta de pagar, considera ser um deles, mas que também gosta de ter as contas em dia, admitindo ser muito forreta, acrescentando que os seus colegas do executivo que o digam quando lhes "dá na cabeça" no sentido de pouparem e pouparem e pouparem. Sobre as contas e falando mais de números, não tanto de percentagens, pois considera importante também elucidarmos, sendo que gosta de usar linguagem simples e não técnica, porque não é técnico da parte financeira, mas há aqui outra consideração que queria fazer: a apreciação do relatório e contas de 2025, constitui, antes de mais, um exercício institucional de prestação de contas do município de Albergaria-a-Velha. Tratando-se de um exercício que atravessa momentos distintos de governação municipal, a sua análise deve ser feita com rigor técnico, sentido institucional e foco nos indicadores objetivos que resultam dos documentos apresentados. De referir que percebeu muito bem o grau de comparação que o Membro Luís Oliveira fez, que foi buscar as contas de 2013, embora aqui faça sempre uma comparação do ano 2024 para 2025, portanto, não irá buscar 2013, também poderia ir buscar contas de 2013, onde o orçamento da Câmara era de cerca de 13.000.000€ ou 14.000.000€, salvo erro, e hoje é de mais de 30.000.000€, pelo que são graus de comparação completamente distintos. O nível de investimento e de capacidade de financiamento do município é totalmente diferente do que era em 2013, dizendo perceber onde o referido Membro quer chegar no grau de comparação, sendo legítimo o trabalho que fez, sendo a verdadeira democracia política a funcionar na verdadeira aceção da palavra, sendo perfeitamente normal, mas também teria de fazer esta ressalva. Continuou dizendo que o que os dados do relatório demonstram é que o município encerrou o exercício de 2025 com uma estrutura financeira globalmente sólida, independentemente do lado que se olham os números, são os que lá estão: com reforço patrimonial, toda a gente sabe que o património do município cresceu; melhoria da liquidez; redução do passivo global; crescimento da receita efetiva e aumento significativo do investimento municipal. Considera que isto é inegável. Desde logo, o ativo total do município ascendeu a 97.500.000€, registando um aumento de cerca de 4.200.000€ face a 2024, o que quer dizer é que num ano o aumento no município cresceu 4.200.000€ face a 2024, o que corresponde a uma variação positiva aproximada de 4,5%. Este crescimento resulta sobretudo do aumento do ativo não corrente em cerca de 6.000.000€ associado ao reforço dos ativos fixos tangíveis. Na prática, diz estarmos a falar de investimento em infraestruturas e equipamentos de requalificação de espaços públicos e valorização do património municipal. Este é um ponto essencial. O investimento realizado traduziu-se em aumento do ativo e em reforço da capacidade patrimonial do município. Também o património líquido apresentou uma evolução positiva, passando de 73.100.000€, em 2024, para 79.600.000€, em 2025, o que considera extraordinário. Ou seja, um acréscimo de cerca de 6.500.000€. Este indicador demonstra uma posição patrimonial mais robusta e uma estrutura financeira mais consolidada. Importa ainda sublinhar que o passivo global do município reduziu cerca de



2.300.000€, fixando-se em 17.900.000€. Este dado é relevante, porque permite afastar uma leitura de agravamento estrutural de endividamento. O município reforçou o investimento, aumentou o ativo, reforçou o património e simultaneamente reduziu o passivo global. Referiu terem investido mais, fazendo crescer o património e ainda reduzir-se o passivo global. Mesmo quando analisamos a evolução das responsabilidades de médio/longo prazo, essa leitura deve ser feita em articulação com o investimento realizado e, com um crescimento patrimonial verificado, o dado principal é que o passivo global diminuiu e que o município terminou o exercício com maior património e maior capacidade de resposta. A situação de tesouraria também evoluiu favoravelmente: a rubrica de caixa aumentou cerca de 1.700.000€, reforçando a liquidez municipal e a capacidade para assegurar compromissos assumidos, conforme disse o Membro Arménio Silva. O resultado líquido, conforme o Membro Luís Oliveira referiu, e bem, cerca de 995.000€ de resultado líquido negativo deve ser lido também tendo em conta as depreciações e amortizações que ascenderam a cerca de 3.700.000€ e que, contabilisticamente, é contabilizado como um gasto e não uma despesa, o que quer dizer que é associado ao património e aos investimentos do município e não despesa orçamental. Sem esse efeito contabilístico, o resultado seria positivo em cerca de 2.800.000€, quer dizer, se os pagamentos que foram feitos à banca e outras situações, que foi de 3.700.000€ para amortização, se não tivesse sido feito, em vez de termos 995.000€ de prejuízo (de resultado negativo), tínhamos 2.800.000€ de resultado positivo (resultado líquido). Do ponto de vista orçamental, a receita efetiva atingiu 31.300.000€ contra 24.900.000€ em 2024, o que representa um aumento de cerca de 6.400.000€, o que equivale a 25,8%. A receita corrente fixou-se em 22.600.000€, crescendo cerca de 1.100.000€ (5% face ao ano anterior). Dentro desta evolução, destaca-se o aumento da receita fiscal em cerca de 250.000€, o crescimento das transferências correntes em cerca de 518.000€ e o acréscimo da venda de bens e serviços em cerca de 303.000€. Particularmente expressiva foi a evolução da receita de capital que passou de 3.400.000€ para 8.700.000€, registando um aumento de cerca de 5.400.000€ que representa 159%. Este crescimento está associado ao reforço de transferências de capital e à mobilização de financiamento para investimentos estruturantes. Ou seja, o município não aumentou simplesmente despesa, o município mobilizou mais receita, captou financiamento e transformou esses recursos em investimento no território. Do lado da despesa, a despesa efetiva ascendeu a 30.700.000€, mais cerca de 4.200.000€ face a 2024, correspondendo a uma variação de 15,7%. Este aumento deve ser lido, sobretudo, em articulação com o reforço da despesa de capital e com a execução de investimento municipal (se há mais investimento municipal, a despesa tem de aumentar). Dentro da despesa corrente importa enquadrar as despesas com pessoal: estas ascenderam a 8.700.000€, aumentando cerca de 764.000€ face ao ano anterior, esta evolução resulta de fatores como atualizações salariais, progressões na carreira, que são perfeitamente legítimas, encargos com a Segurança Social e reforço de recursos humanos em áreas essenciais. Este ponto deve ser analisado com rigor, o aumento das despesas com pessoal não pode ser visto isoladamente, como sinal de descontrolo da despesa, apesar desse aumento da despesa corrente global, cresceu apenas 3,5% e a aquisição de bens e serviços manter-se praticamente estável nos 9.000.000€, registando então uma ligeira redução de cerca de 6.000€. Também, em juros e outros encargos, tiveram uma ligeira diminuição: cerca de 2.600€, e as transferências e subsídios correntes reduziram-se cerca de 88.000€



ou 3.4%. Estes dados demonstram contenção em rubricas relevantes da despesa corrente e controlo da despesa operacional. A componente do investimento é por isso decisiva para compreender o exercício de 2025, a despesa capital atingiu 10.200.000€, o que é extraordinário, mais cerca de 3.500.000€ do que em 2024, o que representa um crescimento de 51,3%, extraordinário porque era sinal de que havia mais investimento, mais obra no concelho de Albergaria-a-Velha, sendo isso importante. A aquisição de bens de capital passou de 6.000.000€ para 9.400.000€, evidenciando uma intensificação clara do investimento em infraestruturas, equipamentos e projetos estruturantes. Os principais saldos orçamentais confirmam esta leitura de equilíbrio: o saldo global passou de -1.600.000€ em 2024 para +643.025€. O saldo primário evoluiu de -1,036.000€ para mais 883.000€, e o saldo para a gerência seguinte ascendeu a 5.200.000€, mais 1.700.000€ do que no ano anterior. Estes indicadores demonstram que o município aumentou o investimento e simultaneamente melhorou os principais saldos orçamentais. Na execução de investimento por funções, o total ascendeu a 9.044.000€ face a 2024, destacando-se em particular quatro áreas: na educação a execução passou de 188.000€ para 1.041.000€, um crescimento de cerca de 646,5%, relacionado com as obras que foram realizadas nos centros escolares; na habitação e serviços coletivos, a execução passou de 786.000€ para 2.100.000€, representando um aumento de 166%, os investimentos feitos na educação e nos Bairros Napoleão, nas Lameirinhas e nas novas habitações; nos transportes rodoviários, entre outros, a execução passou de 1.600.000€ para 1.700.000€, os transportes rodoviários, novas ligações, novos acertos de rotas, estando aqui o aumento; nas atividades municipais, a execução passou de 979.000€ para 2,036.000€. Estes dados permitem sustentar tecnicamente que 2025 foi o exercício do reforço do investimento municipal em áreas diretamente ligadas à qualidade de vida das pessoas, à valorização do território, à mobilidade, aos equipamentos, aos serviços coletivos e à capacidade de intervenção da autarquia. Naturalmente, todos os documentos de prestação de contas devem ser analisados com exigência, havendo sempre matérias a acompanhar, corrigir e melhorar, mas essa análise deve partir do conjunto de indicadores e não de uma leitura isolada de uma ou outra rubrica. A leitura global dos documentos permite afirmar que o município encerrou 2025 com mais ativo, mais património líquido, mais liquidez, menos passivo global, mais receita efetiva, mais despesa de capital e melhores saldos orçamentais. Para resumir, o exercício 2025 demonstra o reforço patrimonial em investimento, sem degradação da estrutura financeira global do município. Cabe-nos a nós, agora, executivo, gerir esta base com rigor, acompanhar os investimentos em curso, definir prioridades e preparar as decisões futuras com responsabilidade, sempre com foco nas necessidades do concelho e das pessoas, garantindo rigor, e esperando tomar sempre as melhores opções.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Luís Oliveira. -----

**Luís Oliveira - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – referiu que parte da sua intervenção era uma intervenção anunciada pelo debate que teve com o Senhor António Loureiro, tendo prometido que se estivesse na Assembleia Municipal que o faria de forma factual e somente relativamente às questões que então foram referenciadas como negativas, portanto, o teor desta intervenção foi uma encomenda que o Senhor António Loureiro fez à sua pessoa, em que hoje demonstrou que afinal as críticas que António Loureiro fez eram injustas. Por fim, disse nunca ter referido que o município estava falido, mas que precisava de rigor financeiro na gestão, o que, aliás, o



documento refere. A redução da receita fiscal, e considerando que não houve alteração da política fiscal, deve ser entendida como um sinal de abrandamento da atividade económica do nosso território e devemos promover estratégias para contrariar essa evolução negativa e a título de exemplo, de políticas fiscais e outras mais agressivas, para um público-alvo que mais contribui para este desiderato. Esclareceu que o que disse, e volta a manter, e vejam a lógica que é sempre continua, portanto, isto é um pensamento estruturado seu: para ter riqueza para distribuir precisa de a criar. O município só cria a riqueza quando vai receber a questão financeira com os municípios e transferências de competências que tem. Respondendo ao Membro Arménio Silva, os aumentos dos salários incluem obrigatoriamente as transferências de competências, acrescentando que nunca disse que tínhamos aumentado o número de funcionários para este edifício: referiu ter sido muito cuidadoso nas palavras, fazendo claramente essa referência, se for ouvir a sua intervenção, diz "*reconhecendo que esse aumento das transferências e custos de pessoal eram derivados das transferências de competências*". O município recebeu competências do Estado e o Estado é muito habilidoso, porque faz as contas antes de aumentar a malta e antes de aumentar o seu número, depois transfere aquele dinheiro depois aumenta a malta, antes deles chegarem cá, e aumenta o número de rácios que é preciso aumentar mais, portanto, as transferências em Portugal são uma grande armadilha, porque transfere esta realidade para os municípios e eles que se entendam depois, mas, ele, infelizmente, mantém a despesa no Estado Central, o que é muito mau. E disse ter feito a comparação entre a entrada e a saída do anterior executivo municipal, presidido por António Loureiro, tendo a dizer ao Membro Arménio Silva que a piscina e o campo relvado não é despesa corrente, mas sim despesa de capital, pelo que a manutenção é que pode, dependendo do grau de manutenção, se for diária é que é despesa corrente, portanto, convém ser um bocadinho mais rigoroso. E esse rácio que refere, também na sua intervenção o disse, são inflacionados pelo aumento das transferências correntes que advêm das transferências de competência e do aumento de despesa. E referiu ter dito bem claro que não representam riqueza nova disponível. Isto dá a capacidade de aumentar o endividamento municipal, mas não dá riqueza disponível para pagar esse endividamento municipal, aliás, referiu ter dito que o governo de António Costa foi um artista, porque transferiu as competências e disse outra coisa mais "*os senhores podem fazer dívida para estas transferências*". Considera que isto é tramar os outros, porque ele transferiu mais despesa do que dinheiro. Por fim, agradeceu o que está a fazer à sua pessoa, que lhe está a fazer publicidade, mas tem a dizer uma coisa: não pretende ser candidato a Presidente de Câmara Municipal, mas agradece a promoção que faz à sua pessoa, porque a política diz "*mais vale dizerem mal de nós que não dizerem nada*", agradecendo ao Membro Arménio Silva. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva. -----

**Arménio Silva – CDS-PP** – disse reconhecer quase tudo aquilo que o Membro Luís Oliveira disse, havendo duas ou três coisas que têm de ser observadas: primeiro, a despesa com o pessoal foi uma referência ao facto de ter dito que a despesa com o pessoal quase duplicou - referiu isso, e como referiu que a despesa com o pessoal quase duplicou, sentiu-se na obrigação de o clarificar porque é que quase duplicou, é que 5 a 6% de aumento anual dos salários, o salário mínimo aumentou este ano 5,7%. Se fizermos 5,7% ou 5 vezes 12, façam-se as contas, por isso se for um bocadinho mais estamos entre os 60% e os 70% só de aumento direto. Não contando com os movimentos



correlacionados que vêm de trás, porque os aumentos de trás também imputam para a frente e, portanto, eles escalam. Mas depois ainda tem outra coisa, quer queiramos quer não: estes aumentos salariais têm aquilo que o Membro Luís Oliveira disse: tem transferências de competências as quais também reconhece isso. Quanto às despesas de capital e despesas correntes, não houve aqui nenhum equívoco, toda a gente aqui dentro, sabe, reconhece, que se eu quiser fazer um edifício, construir património, isso é investimento ou despesa de capital, e se quiser fazer a manutenção ao edifício, vai para despesas correntes. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Luís Oliveira. -----

**Luís Oliveira - Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** – esclareceu, para que o Membro Arménio fique bem esclarecido daquilo que disse, e importa dizer com clareza, é que uma parte relevante desse aumento resulta das transferências de competências do Estado para os municípios, acompanhada de novos encargos, sobretudo com o pessoal, não representando riqueza nova disponível, onde há um aumento da receita mas também um aumento de despesa, não é só de pessoal, sobretudo pessoal, quer dizer que não é somente pessoal, também há corrente, e o Senhor Presidente da Câmara agora fez, e bem, pôr nas escolas fotocopiadoras novas e além da despesa inicial de capital que teve, também tem aumento da despesa corrente, porque dantes eram os professores que iam buscar aos pais e que pagavam aquilo tudo, e agora passa a ser a Câmara a pagar, mas fez e bem. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Eva Lemos. -----

**Eva Lemos – CDS-PP** - usou da palavra para dizer que gostaria que o Membro Luís Oliveira fosse tão rigoroso a fazer a comparação entre o ano 2025 e o 2013, ou 2012, como foi a analisar as contas de 2025, por si só. Porque estar a comparar aquilo que o executivo de António Loureiro recebeu em 2012 com aquilo que o executivo de Carlos Coelho recebeu em 2026 é absolutamente absurda a forma como o fez. Em 2012 ou 2013, o salário mínimo eram 485€, em 2025, o salário mínimo era cerca de 825€, ou seja, comparar em termos absolutos os números de 2013 para 2025 são duas realidades completamente distintas. Acrescentou que se fizesse essa comparação em termos percentuais, eventualmente seria aceitável, agora em termos de números absolutos não o pode fazer, e não pode dizer que António Loureiro deixou as contas piores ou melhores do que as que recebeu dessa forma, advertindo que o faça com rigor e apresente as contas com rigor para se puder perceber, pelo que, querendo tapar os olhos dos Membros dizendo que, em números absolutos, deixou mais ou menos despesa comparando doze anos de diferença, com a evolução dos custos e com a evolução do nível de vida, considera ser disparatado. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não registando mais pedido de intervenção colocou o ponto 3 a votação. -----

**Votação:** colocado a votação, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e dez abstenções dos Membros Municipais do Albergaria em Primeiro - Coligação PPD/PSD.IL, do Chega e do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na



sua atual redação, o Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2025, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de abril de 2026. -----

O **Grupo Municipal do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL** apresentou uma declaração de voto, a qual dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais e fica anexa à ata da presente sessão, fazendo parte integrante desta deliberação (Anexo IX, fls. 1). -----

O **Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou uma declaração de voto, a qual dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais e fica anexa à ata da presente sessão, fazendo parte integrante desta deliberação (Anexo X, fls. 1). -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

#### **PONTO 4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA PARA 2026 – INSCRIÇÃO DE RUBRICA DA DESPESA** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 4. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – interveio informando que se encontra tudo plasmado no documento, dizendo estar disponível para eventuais esclarecimentos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o ponto 4 a votação. -----

**Votação:** colocado a votação, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e dez abstenções dos Membros Municipais do Albergaria em Primeiro - Coligação PPD/PSD.IL, do Chega e do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Revisão ao Orçamento do Município de Albergaria-a-Velha para 2026 – Inscrição de Rubrica da Despesa, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de abril de 2026. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

#### **PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA AUTARQUIA PARA 2026 – 1.ª ALTERAÇÃO** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 5. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – interveio informando que a informação se encontra no documento, dizendo estar disponível para eventuais esclarecimentos. -----



Eram cerca das 23:48h, saiu do Salão Nobre o Membro Municipal do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, pelo que as deliberações que se seguem não contaram com a sua participação e votação. Passaram, a partir deste momento, a estar presentes vinte e seis dos vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o ponto 5 a votação. -----

**Votação:** colocado a votação, estando presentes vinte e seis dos vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e nove abstenções dos sete Membros Municipais do Albergaria em Primeiro - Coligação PPD/PSD.IL, do Membro Municipal do Chega e do Membro Municipal do PS, aprovar, nos termos do n.º 4, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua atual redação, a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Autarquia para 2026, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de abril de 2026. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

#### **PONTO 6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA NO MANDATO 2025/2029** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 6. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – referiu estar disponível para eventuais esclarecimentos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva. -----

**Arménio Silva – CDS-PP** – referiu que sua bancada teve o cuidado de analisar o Regulamento em apreço, pelo que pretende deixar duas notas: de todas as medidas apresentadas, onde algumas já transitam do anterior, existem quatro medidas novas e, destas, pretende realçar duas que, para si, são realmente estruturantes. Uma é o apoio financeiro no valor de 50% até ao montante máximo de 50.000€ para execução de obras de especial relevância levadas a cabo pela Junta de Freguesia na sua área territorial por cada período de dois anos, ou seja, as Juntas de Freguesia passam a ter agora uma ferramenta que não tinham até aqui, ou seja, a cada dois anos podem executar uma obra de 50.000 €, no limite, ou a cada quatro anos, uma obra de 100.000 €, mais coisa menos coisa, e que, portanto, esta é uma ferramenta extremamente importante que não estava disponível, deixando assim uma nota de realce a esta medida. A segunda medida, o apoio financeiro até ao montante de 2.000€ mensais na contratação de dois trabalhadores, tendo em vista o reforço de recursos humanos da Freguesia, atualmente insuficientes face às solicitações e exigências, quer no desempenho das suas atribuições e competências, quer no ponto de atendimento das suas necessidades de gestão, ou seja, considera que



2.000€ não dão para pagar a dois funcionários, mas sim a 1.4 ou a 1.5, não deixando de ser uma medida realmente estruturante. A partir de agora, considera, as Juntas de Freguesia podem-se dotar com dois colaboradores, caso os tivessem, têm aqui um apoio financeiro para todas aquelas obras que todos os dias são solicitadas. Continuou dizendo querer, no entanto, deixar uma nota de menos congratulação, ou seja, uma nota de melhoria naquilo que são os apoios aos materiais que vão ser dados às Juntas de Freguesia. Aqui, manifestamente, na sua opinião, é curto ainda, por exemplo, no caso da Junta de freguesia de São João de Loure, são cerca de 11.000€, achando que a Câmara, no próximo orçamento, deve olhar para isso: os materiais nas Juntas de Freguesia são de extrema importância. Disse não saber se todas as Juntas reivindicam estes materiais e os levam todos, mas, muitas vezes, é preciso fazer um muro, um talude, um pontão e, às vezes, as Juntas de Freguesia falam com os donos ou com os confinantes, para, por exemplo, caso façam o muro, a Junta dá-lhes os materiais em consonância com os serviços da Câmara. Considera que esta medida resolve uma série de problemas que as Juntas de Freguesia têm. Finalizou a sua intervenção parabenizando a adoção das quatro medidas, em particular por as duas que mencionou e que são de relevância extremamente importante, e isto por aquilo que lhe foi dito, serão cerca de 350.000€ de transferências que vão ser feitas para as Juntas, deixando a nota de que o reforço dos materiais devia ser contemplado no próximo orçamento. -----

Eram cerca das 23:51h, entrou no Salão Nobre o Membro Municipal do Albergaria em Primeiro – Coligação PPD/PSD.IL, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Passaram, a partir deste momento, a estar presentes os vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Pedro Correia. -----

**Pedro Correia – Chega** - em relação à clarificação que o Membro Municipal Arménio Silva fez, referiu pretender fazer uma pequena correção, dado que o mesmo mencionou que são disponibilizados 100.000€ a cada quatro anos, sendo sim 50.000€, dado que são 50.000€ passíveis de 50% de reembolso a cada dois anos. Em relação à medida sublinha ser de aplaudir, considerando que tudo o que seja ajudar as Juntas de Freguesia é importante porque as Juntas de Freguesia são o primeiro ponto de contacto com as populações, sendo claro que a sua bancada vai votar a favor, mas, no entanto, na sua opinião, existem muitas burocracias por trás deste procedimento/regulamento. Referiu haver uma espécie de micro gestão que vai implicar ter um funcionário na Câmara Municipal a receber as faturas e os documentos de tudo o que seja emitido pelas Juntas de Freguesia, e também ir-se-á alocar um recurso nas Juntas de Freguesia, recursos esses que são super limitados, tendo de estar afetos a estes procedimentos burocráticos que, e sem margem orçamental, na ideia da sua bancada, vamos atribuir este orçamento às Juntas de Freguesia e vamos-lhe dar autonomia de fazerem a gestão com a sua autonomia. E isto dar-lhes-ia outro tipo de autonomia porque, por exemplo, esteve a ver o regulamento com alguma atenção e há 3.500€ que são de dotação para as iluminações de Natal, mas por exemplo, se uma determinada Junta decidir que não quer investir esses 3.500 € nas iluminações de Natal, esse montante não pode ser transferido para outra rubrica, o que tem alguns entraves porque poderia ser aproveitado para outro tipo de investimento e então está aqui a criar uma espécie de resistência. -----



Eram cerca das 23:53h, saiu do Salão Nobre o Membro Municipal do CDS-PP, Rui Manuel Pereira Marques, pelo que as deliberações que se seguem não contaram com a sua participação e votação. Passaram, a partir deste momento, a estar presentes vinte e seis dos vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – usou da palavra, indicando pretender corrigir o Membro Arménio Silva no que disse, dizendo não ser quatro, mas sim cinco medidas estruturantes e uma, em termos de procedimento, que é também muito importante, em que a base de partilha dos valores pelas Freguesias passa a ser pelo Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). Referiu que já esteve do lado de lá, dos seus colegas Presidentes de Junta, tendo sido uma das pessoas que lutou sempre pela equidade, pela transparência, pela igualdade, sendo mau, agora, com o poder de decisão, que não faria por isso para parecer o mais claro, mais transparente e mais equitativo que tem de ser e diz prezar-se de ter fechado este regulamento de apoio com todos os Presidentes de Junta, no sentido de ser claro, transparente e equitativo com eles todos. Além das situações que tinha, que era o aluguer de máquinas, a aquisição de materiais, na compra de máquinas, portanto, na proteção civil, nos espelhos parabólicos e na iluminação de Natal, e assim respondendo ao Membro Pedro Correia que não dá para tirar o dinheiro de uma rubrica e meter noutra, pois os valores estão ali definidos e são para aquele fim, se usar, usa, se não usar, não tem direito a ele. Concretizou que a Câmara Municipal, posteriormente, liquida ao fim do trimestre consoante as faturas/recibos que receber da rubrica correspondente. Informou que funciona assim, sempre funcionou e é o mais correto. Assim, considera que cada um sabe o que é que pode gastar, onde pode gastar e mediante as condições que tem. Nas alterações que o Regulamento apresenta, com a alteração da divisão dos valores pelo FFF, considera ser o mais justo e correto para todos, pois não é a Câmara Municipal que define o montante do FFF. Esclareceu que no apoio das obras relevantes, não são 100.000€ para quatro anos, porque o valor não acumula, ou seja, em 2026/2027 os Presidentes de Junta de Freguesia têm até 50% no máximo de 50.000€ a cada dois anos, e têm até 50% no máximo valor de 50.000€, pelo que se usarem até 2027 usaram, se não usaram, não acumula para 2028 e 2029. Neste seguimento, clarificou que para 2028/2029 passam a ter direito até 50% no máximo de 50.000€, pelo que os Presidentes de Junta já sabem que não acumula de um biénio para outro: para receber os 50.000€ têm de fazer uma obra de 100.000€. Continuou a sua intervenção, explicando que o apoio a dois colaboradores é uma medida estruturante para os autarcas resolverem aquele pequeno problema das pessoas nas freguesias, e os Presidentes de Junta têm uma capacidade de resposta que nenhum município tem. Considera que os doze anos em que esteve como Presidente de Junta teve essa experiência, pelo que, eventualmente, seja por isso que tal está vertido neste Regulamento. Assim, considera que o executivo municipal fez verter no Regulamento muito daquilo que sentiram e que pensa que é o melhor para ser dada uma resposta mais rápida, mais capaz e mais eficiente a todos os fregueses de todo o concelho. Acrescentou que os Presidentes de Junta são aqui importantíssimos, sendo para si um dos maiores investimentos que o Município está a fazer nas Freguesias, não tendo dúvidas. Considerou que, à parte das obras que possam vir a ser feitas, este investimento de apoiar em recursos humanos para os Presidentes de Junta poderem resolver aquele



pequeno problema, é um investimento enorme que o Município vai fazer, porque o custo que tem o Município de Albergaria-a-Velha ao fazer sair uma viatura do armazém da Câmara Municipal para ir à Ribeira de Fráguas com um motorista e dois colaboradores e, antes disso, ainda vai lá o chefe deles ver o trabalho a ser feito, depois decide qual o material a levar, implica fazer-se duas/três viagens só para ir ver o problema, enquanto estando lá o Presidente de Junta que, na hora, decide o que é que tem de ser feito e de imediato o fazem. Concluiu que se vai, assim, ganhar eficiência, rapidez na resposta ao problema que as pessoas vão reclamar à Junta de Freguesia, que são sempre as primeiras a levar com a insatisfação dos fregueses e, com esta medida, disse acreditar que no primeiro trimestre do próximo ano este Regulamento já irá dar resultados, rematando que esta medida dos colaboradores é extraordinária. Sobre as intempéries, além da proteção civil, referiu ter acrescentado (também) o valor das mesmas, pois todos nós vivemos as intempéries e alguns Presidentes de Junta, pela primeira vez nessa qualidade, sem saber para que lado é que se deveriam virar, sendo perfeitamente normal e sem poderem executar uma despesa, porque não é da sua competência. Agora, com este Regulamento, informou que já têm, para o facto de as intempéries vierem a acontecer novamente, esperando que não. Esclareceu que as intempéries são uma situação e a proteção civil é outra. No âmbito da proteção civil, o valor para as intempéries é de montante igual para todas as Freguesias, não havendo divisão pelo FFF, tendo o executivo entendido dar um valor igual para que os Presidentes de Junta, no caso das intempéries, incêndios ou cheias, as Unidades Local de Proteção Civil (ULPC) estarem capazes de dar alguma resposta no imediato que seja necessária. Referiu que, pela criação das ULPC, o executivo municipal entendeu dar um apoio financeiro às Freguesias que as vão criar, sendo ainda apenas duas Freguesias que tinham, mas agora, todas vão criar as suas ULPC, sabendo já que o assunto foi levado às respetivas Assembleias de Freguesia. Considera as ULPC extraordinárias no apoio aos bombeiros, para alguma situação que possa acontecer. Continuou, dizendo que, além disso, existe também o betuminoso a quente, a frio e baldes, sendo a única situação cujo rácio não foi pelo FFF, mas sim pelos quilómetros de rede viária que cada freguesia tenha, tendo sido o critério usado, considerando-o ser o mais justo, porque o alcatrão, a quente, a frio, ou em baldes, serve para resolver aquele problema imediato como um buraco na estrada. Considera e defende que o Regulamento de Apoio agora apresentado é o mais justo que alguma vez foi feito, dizendo saber isso pela experiência que tem ao falar com outros colegas seus que foram Presidentes de Junta e outros colegas Presidentes de Câmara. Rematou assim, ser o Regulamento mais justo e equitativo que alguma vez houve. De referir, em termos de valores, existir um crescimento global de apoio financeiro às Freguesias na ordem de quase 100%, mais rigorosamente 94,78%. De uma forma geral, há Freguesias que, com este Regulamento, passam a receber mais 147%, outra com mais 127%, outra com mais 140%, outra com 78% e outra com 46%, que, por acaso, é a Freguesia maior que vai ter menos percentagem, mas cujo valor global é maior. Referiu ser um grande investimento que o município está a fazer nas freguesias, sendo um desafio que lança aos Presidentes de Junta que é altura de, com este Regulamento, com estas ferramentas de trabalho que têm nas mãos, "tocar viola", com andamento. Considera que os Presidentes de Junta têm tudo nas mãos para fazer o trabalho que podem fazer: têm valor para as pequenas reparações, têm aluguer de máquinas, têm materiais, têm dinheiro (50.000€) para uma ou duas obras que previamente têm de ser acordadas com o município. Esclareceu que não é fazer uma



obra e pedir dinheiro, a obra tem de ser previamente acordada com a Câmara Municipal. Afirmou ter-se tudo para criar Albergaria com Andamento, que gostava muito de conseguir ter a capacidade, todos juntos, pois o executivo sozinho não terá. Acredita que, com todos juntos, Albergaria-a-Velha vai ter um novo andamento e que já no primeiro trimestre do próximo ano este trabalho conjunto começará a dar resultados, independentemente das cores partidárias. Terminou dizendo estar à vontade, porque os números estão no Regulamento com transparência e equidade, sendo apenas necessário colocar mãos à obra, com o povo a ser o grande beneficiado do trabalho deste Regulamento. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – concedeu a palavra ao Membro Arménio Silva. -----

Eram cerca das 23:58h, entrou do Salão Nobre o Membro Municipal do CDS-PP, Rui Manuel Pereira Marques, pelo que as deliberações que se seguem contaram com a sua participação e votação. Passaram, a partir deste momento, a estar presentes os vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

**Arménio Silva – CDS-PP** - interveio dizendo ter-se esquecido de dizer que é o primeiro Regulamento que acaba com a partidarite, ou seja, a partir de agora não há obras por cores partidárias, considerando que todos devem-no congratular, sendo realmente um regulamento democrático e da liberdade. Parabenizando, referiu que o Dia da Liberdade foi celebrado há muito pouco e que este Regulamento podia ser melhorado no seguinte: daqui a quatro anos o valor a transferir ser o equivalente a -10% por causa da inflação, se a inflação for a uma taxa de 2% ao ano, ao fim de quatro anos são -10%. Assim, disse considerar que este regulamento está excelente, mas devia ser corrigido na taxa de inflação, ou seja, anexados à taxa de inflação. Terminou dizendo que no próximo ano será esse valor mais a correção da taxa de inflação, considerando assim ser justo, porque, quer queiramos, quer não, o valor daqui a quatro anos será 10%, menos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o ponto 6 a votação. -----

**Votação:** colocado a votação, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com os votos a favor dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos oito Membros Municipais do Albergaria em Primeiro - Coligação PPD/PSD.IL, do Membro Municipal do Chega, do Membro Municipal do PS e dos representantes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Regulamento Municipal sobre as Formas de Apoio às Freguesias do Município de Albergaria-a-Velha no mandato 2025/2029, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de abril de 2026. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

**PONTO 7 – APRECIACÃO DA 16.ª ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA**-----



**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 7. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – disponibilizou-se para eventuais esclarecimentos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – não havendo inscrições para intervir, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da 16.ª alteração, por adaptação, à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Albergaria-a-Velha, consubstanciando-se na atualização dos seguintes elementos cartográficos: Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (Hierarquização da Rede Viária – Desenho n.º 6); Planta de Condicionantes – Servidões da Rede Rodoviária e Ferroviária (Desenho n.º 12), nos exatos termos apresentados pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 02 de abril de 2026. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

**PONTO 8 – APRECIACÃO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EMITIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA SESSÃO DE 29.12.2025, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NO PERÍODO DE 02.02.2026 A 09.04.2026**-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, querendo, introduzir o ponto 8. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – referiu que o documento decorre da Lei, estando disponível para eventuais esclarecimentos. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – solicitou que fossem efetuadas as inscrições para intervir no ponto em apreciação. Não havendo inscrições, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida favorável à assunção de compromissos plurianuais emitida pela Assembleia Municipal, na sessão de 29 de dezembro de 2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no período de 02.02.2026 a 09.04.2026, nos exatos termos apresentados pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16 de abril de 2026. -----

O processo respeitante a este ponto encontra-se arquivado na pasta anexa ao Livro de Atas da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. -----

**PONTO 9 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO EM MINUTA, PARA EFEITOS DE IMEDIATA EXECUTORIEDADE, DOS PONTOS 1, 3 A 6 DO EDITAL N.º 10/25-29, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ART.º 57.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO**---

**Presidente da Assembleia Municipal** - solicitou inscrições para intervir. Não havendo inscrições, colocou o ponto 9 a votação. -----



**Votação:** Colocado a votação, estando presentes os vinte e sete Membros Municipais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos de imediata exequibilidade, os votos e os pontos 1, 3 a 6 do Edital n.º 10/25-29, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**F – 2.º PERÍODO DA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO (LIMITADO A QUESTÕES CONSTANTES DA ORDEM DO DIA)** -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – informou não existirem inscrições para intervenção no período de intervenção aberto ao Público. -----

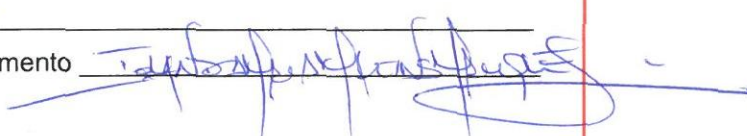
Concluída a Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos e a forma cordial como decorreram os trabalhos, desejando a todos um bom regresso a casa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram 00:07 horas do dia 30 de abril de 2026. -----

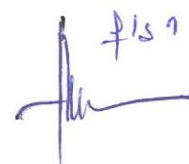
E para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 32º do Regimento e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Iolanda Maria Martins Marques, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

A Chefe da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento





7/5/7  


Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro

**VOTO DE PESAR**



O Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento da Professora Fátima Areias, associando-se ao sentimento de luto da comunidade educativa e de todos aqueles que com ela privaram ao longo do seu percurso profissional e humano.

A Professora Fátima Areias iniciou a sua carreira a 1 de setembro de 1990, tendo ingressado no Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha a 1 de setembro de 2003, onde integrou o quadro até à presente data.

Ao longo de mais de três décadas de serviço à educação, afirmou-se como uma profissional de elevado mérito, reconhecida pela competência, dedicação, rigor e sentido de responsabilidade com que exerceu as suas funções como professora de Português.

Para além da excelência profissional, destacou-se pela dimensão humana da sua ação educativa, pela proximidade que soube estabelecer com os alunos e com os demais profissionais e pela permanente disponibilidade para apoiar quem dela precisava, não apenas no percurso académico, mas também no plano pessoal.

A sua dedicação à escola pública, aos seus alunos e à comunidade educativa deixou uma marca positiva e duradoura, feita de respeito, humanidade, exigência e compromisso com a missão de ensinar.

O Grupo Municipal do CDS-PP expressa as mais sentidas condolências à família, aos amigos, ao Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, aos seus colegas, alunos e antigos alunos.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,




Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro



### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um Voto de Congratulação à JOBRA – Associação de Jovens da Branca, pela sua participação nas comemorações nacionais do 25 de Abril, realizadas nos jardins da Residência Oficial de São Bento.

A presença da JOBRA neste momento de elevada dignidade institucional e cultural representa um reconhecimento da qualidade do trabalho educativo e artístico desenvolvido por esta instituição de Albergaria-a-Velha, em particular na formação de jovens nas áreas das artes performativas.

Esta participação assume especial relevância por ter associado alunos do nosso concelho a uma celebração nacional do Dia da Liberdade, valorizando a cultura, o teatro e a criação artística como dimensões fundamentais da formação cívica e humana.

Felicitamos os alunos, professores, direção e toda a comunidade educativa da JOBRA pelo empenho, dedicação e forma como representaram a Branca e o concelho de Albergaria-a-Velha num contexto de grande significado público.

Deixamos, assim, o nosso reconhecimento à JOBRA pelo contributo prestado à formação artística dos jovens e pela projeção positiva do nosso concelho no panorama cultural nacional.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,





## PROPOSTA VOTO DE LOUVOR

### Albergaria em Primeiro - Coligação PPD-PSD/IL

O grupo municipal **Albergaria em Primeiro - Coligação PPD-PSD/IL** propõe à Assembleia Municipal um voto de louvor à **AJA – Associação Juvenil de Angeja**, pela celebração do seu 30º aniversário, assinalado no passado dia 26 de abril, bem como pelo relevante contributo dos seus dirigentes, atletas, professores, treinadores, sócios, voluntários e amigos, prestado ao longo de três décadas em prol da comunidade.



Fundada a 26 de abril de 1996 por um grupo de amigos, entre os quais se destacou *Eduardo Costa, fervoroso dinamizador da prática de atividade desportiva junto dos jovens da freguesia* e seu primeiro presidente, a AJA tem vindo a afirmar-se como uma associação dinâmica, inclusiva e dedicada ao desenvolvimento social, cultural e desportivo da freguesia de Angeja e do concelho de Albergaria-a-Velha.

Ao longo da sua história, a AJA tem promovido diversas modalidades e iniciativas, adaptando-se às necessidades da população e incentivando a participação cívica, especialmente junto dos mais jovens. Destaca-se, atualmente, a criação de vários escalões na modalidade de futsal — petizes, traquinas, infantis e seniores — que se encontravam desativados há vários anos, promovendo o desporto, o espírito de equipa e estilos de vida saudáveis, e levando simultaneamente o nome e as cores da freguesia e do concelho por todo o país, representando-a com orgulho.

Paralelamente, a associação tem vindo a diversificar a sua oferta à comunidade, com iniciativas como o **AJA Espaço Dança**, bem como aulas de Pilates e Zumba, reforçando o seu papel ativo na promoção do bem-estar físico, social e cultural da população.

É igualmente de salientar a organização anual do **Torneio Eduardo Costa**, que homenageia um dos principais fundadores da associação, reunindo várias equipas amadoras, maioritariamente organizadas por jogadores, e promovendo o convívio, a amizade e os valores do desporto.

Pelo seu percurso, dedicação e impacto positivo na comunidade ao longo de 30 anos, a AJA constitui um exemplo de associativismo, voluntariado e compromisso com o desenvolvimento local, desempenhando um papel fundamental na dinamização da vida comunitária.

Albergaria-a-Velha, 29 de abril de 2026

**Albergaria em Primeiro – Coligação PPD-PSD/IL**



Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

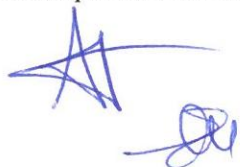
O Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um Voto de Congratulação ao Clube de Albergaria pela conquista do título de Campeão Distrital de Aveiro em Futsal, no escalão de Benjamins Sub-11, na época desportiva 2025/2026.

Esta conquista constitui motivo de particular orgulho para o concelho de Albergaria-a-Velha, valorizando o trabalho desenvolvido pelo Clube de Albergaria na formação desportiva dos mais jovens e na promoção da prática desportiva enquanto espaço de aprendizagem, disciplina, espírito de equipa e superação.

O título alcançado pela equipa de Benjamins Sub-11 reflete o empenho dos atletas, a dedicação da equipa técnica, o apoio das famílias e o trabalho contínuo da estrutura diretiva do Clube, que tem assumido um papel relevante na dinamização desportiva do concelho.

Felicitamos todos os jovens atletas, treinadores, dirigentes, encarregados de educação e demais elementos envolvidos neste percurso vitorioso, reconhecendo o mérito desportivo alcançado e o contributo prestado para a afirmação do Clube de Albergaria e do concelho no panorama desportivo distrital.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,





Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha apresenta um Voto de Congratulação ao Clube Desportivo de Campinho, dirigido em particular à sua secção de natação, pelos resultados recentemente alcançados pelos seus atletas, que dignificam o clube, a freguesia e o concelho de Albergaria-a-Velha.

O Clube Desportivo de Campinho tem vindo a afirmar-se como uma referência na formação e valorização de jovens atletas, demonstrando capacidade de trabalho, organização e consistência competitiva. Os resultados obtidos em provas recentes são expressão do mérito dos nadadores, da qualidade do acompanhamento técnico e do empenho de toda a estrutura do clube.

Merece particular destaque o desempenho da atleta Frederica Vinhas Vieira, que, no Felgueiras International Meeting – Footwear Capital, realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2026, alcançou um feito de grande relevância ao bater, por duas vezes na mesma competição, o recorde nacional dos 50 metros costas, em piscina curta, no escalão de 15 anos.

Este resultado constitui motivo de justo orgulho para o Clube Desportivo de Campinho e para o concelho de Albergaria-a-Velha, projetando positivamente o trabalho desenvolvido no plano desportivo e evidenciando o valor da formação local.

Felicitamos a atleta Frederica Vinhas Vieira, bem como os treinadores, dirigentes, colegas de equipa, famílias e toda a estrutura do Clube Desportivo de Campinho, pelo empenho, dedicação e contributo prestado à promoção da natação e do desporto no concelho.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,





Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro,



### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha vem apresentar um voto de congratulação a Leonor Moreira, natural de Frossos, pela conquista do título de vice-campeã nacional de Ginástica Rítmica, na vertente de Corda e na classificação geral, no escalão de Juvenis, no Campeonato Nacional de 2.ª Divisão.

A competição decorreu nos dias 21 e 22 de março, no Pavilhão Municipal do Alto do Minho, reunindo 35 ginastas numa prova exigente e de elevado nível competitivo.

Leonor Moreira, atleta da EGA Rítmica – Escola Gímnica de Aveiro desde 2018, alcançou o segundo lugar com 18,550 pontos, obtendo assim o título de vice-campeã nacional que já havia conquistado no ano anterior.

Este resultado valoriza o percurso desportivo da ginasta e projeta, com mérito, o nome da freguesia de Frossos e do concelho de Albergaria-a-Velha.

*Entendemos que estes resultados devem ser reconhecidos publicamente, não apenas pelo mérito individual que encerram, mas também pelo exemplo que representam para os jovens do nosso concelho e para a valorização da prática desportiva.*

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe a aprovação do presente voto de congratulação a Leonor Moreira, felicitando-a pela conquista alcançada e desejando-lhe os maiores sucessos pessoais e desportivos.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,



Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro,



### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um Voto de Congratulação ao Município de Albergaria-a-Velha pela obtenção da 6.<sup>a</sup> posição nacional no ranking C3 – Serviços Online, no âmbito do IPIC 2025 – Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais.

O IPIC 2025, promovido pela Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, em parceria com a Universidade do Minho e a UNU-EGOV, avalia a qualidade da presença digital dos municípios portugueses, considerando dimensões como os conteúdos disponibilizados, os serviços online, a acessibilidade, a usabilidade e a participação cívica.

Este resultado constitui um reconhecimento público do trabalho desenvolvido pelo Município na área da modernização administrativa e da transformação digital, colocando Albergaria-a-Velha entre os municípios portugueses com melhor desempenho ao nível dos serviços online.

A posição que Albergaria-a-Velha alcançou reflete uma aposta consistente na melhoria da relação entre o Município, os cidadãos e as empresas, através de soluções digitais mais eficientes, acessíveis e próximas das necessidades concretas da população.

Congratulamos, por isso, o Executivo Municipal, os serviços municipais e todos os técnicos envolvidos neste trabalho, cujo empenho contribuiu para afirmar Albergaria-a-Velha como um concelho cada vez mais inovador, conectado e preparado para os desafios da administração pública contemporânea.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,





Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha vem apresentar o seu Voto de Congratulação a todos os que colaboraram na organização e realização das comemorações deste ano do 25 de Abril no concelho de Albergaria-a-Velha.

Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, este Grupo Municipal reconhece o trabalho desenvolvido na preparação e concretização das comemorações, que constituem um momento de particular significado institucional, cívico e democrático para o nosso concelho.

*Este ano, importa destacar de forma especial a participação da Freguesia de Alquerubim, que se associou às comemorações, contribuindo para a valorização deste momento coletivo e para o envolvimento das freguesias na celebração de uma data maior da nossa vida democrática.*

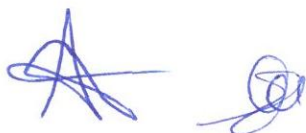
Deve igualmente ser sublinhado o papel do tecido associativo local, cuja participação confere maior expressão comunitária às comemorações, aproximando esta celebração das pessoas, das instituições e da vida concreta do concelho.

As comemorações do 25 de Abril têm vindo a consolidar-se na agenda municipal como um momento de afirmação da liberdade, da participação cívica e da responsabilidade democrática, assumindo também uma dimensão de encontro entre as instituições, as associações e a comunidade.

Congratulamos, por isso, a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e dos respetivos líderes dos Grupos Municipais, a Câmara Municipal, a Freguesia de Alquerubim, os serviços e colaboradores municipais, as entidades, associações, instituições e todos os que colaboraram para a realização das comemorações do 25 de Abril que marcaram este mês – reservando especial destaque para o Dr. Mário Branco, pelo legado norteador que nos deixou com os seus contributos passados a estas celebrações e pelo seu continuado envolvimento e apoio às mesmas.

Deixamos um sentido reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pela forma como o concelho assinalou esta data, mantendo viva a memória, a participação e o compromisso democrático que o 25 de Abril representa.

O Grupo Municipal do CDS-PP,



Fls 1

## Declaração de Voto

## Abstenção

Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha – Exercício de 2025

A presente abstenção resulta de uma posição de responsabilidade, coerência e exigência política.

Reconhece-se o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais na elaboração destes documentos, bem como o esforço diário de muitos trabalhadores do Município.

Contudo, as contas agora apresentadas evidenciam sinais preocupantes quanto à situação financeira municipal.

Os próprios documentos confirmam o aumento da pressão da despesa corrente, a degradação das margens operacionais e líquidas, bem como resultados negativos no exercício.

Também identificam a necessidade de reforçar mecanismos de controlo da despesa, promover maior eficiência operacional e assegurar sustentabilidade financeira no médio e longo prazo.

Trata-se, no essencial, de preocupações que esta oposição tem vindo a levantar de forma reiterada.

Acresce que subsistem fragilidades estruturais herdadas do ciclo anterior, designadamente ao nível do endividamento, encargos financeiros, crescimento da despesa fixa e insuficiência de investimento em áreas essenciais, como a rede viária municipal.

Por outro lado, reconhece-se ao atual Executivo sinais positivos em algumas opções de gestão e uma maior perceção pública da necessidade de correção de rumo.

Assim, esta abstenção não representa concordância plena com os resultados apresentados, nem rejeição absoluta do trabalho realizado.

Representa, isso sim, uma posição equilibrada: reconhecer o que foi bem feito, assinalar o que está mal e exigir uma estratégia séria de recuperação financeira e de reforço do investimento municipal.

O Município precisa de contas equilibradas, prioridades claras e capacidade para responder aos desafios futuros.

É esse o sentido desta abstenção.

O Grupo Municipal

  
Ana Maria Moura  
Alexandra Nina  
MÓNICA GAMBIRIO  
Vergiliana

  
João Pinto  
Luís Reis  
Fernando de Sousa



Albergaria-a-Velha, 29 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha,

António Loureiro



### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

#### Ponto 3: Apreciação e votação do Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2025

O Grupo Municipal do CDS-PP da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha vem apresentar a sua declaração de voto relativamente ao ponto 3, referente à apreciação e votação do Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2025.

Este Grupo Municipal do CDS-PP vota favoravelmente os documentos apresentados, por entender que os mesmos evidenciam uma gestão municipal responsável, assente no equilíbrio financeiro, na capacidade de investimento e na concretização de respostas relevantes para o concelho.

O exercício de 2025 deve ser analisado no seu conjunto. Os dados apresentados demonstram um Município com uma estrutura financeira sólida, com crescimento do ativo, reforço do património líquido, redução do passivo global e melhoria da liquidez. Estes indicadores confirmam que o investimento realizado não comprometeu a estabilidade financeira da autarquia, antes contribuiu para valorizar o património municipal e reforçar a capacidade de resposta do Município.

Mesmo a evolução das responsabilidades de médio e longo prazo deve ser enquadrada no esforço de investimento realizado, que se traduziu no crescimento do ativo e no reforço do património municipal, não correspondendo a uma trajetória de endividamento estrutural.

Ao nível orçamental, importa sublinhar o crescimento expressivo da receita efetiva, a evolução positiva da receita corrente e a melhoria dos principais indicadores de equilíbrio, designadamente o saldo global e o saldo primário. Estes elementos revelam uma gestão prudente, capaz de conciliar a execução de investimento estruturante com o cumprimento das responsabilidades municipais.

Também a despesa deve ser enquadrada na ação concreta do Município e nas exigências acrescidas que hoje se colocam ao poder local. O reforço do investimento em áreas como a educação, a habitação e serviços coletivos, os transportes rodoviários, os equipamentos e as infraestruturas traduz uma opção clara – continuar a preparar Albergaria-a-Velha para o futuro, com responsabilidade e sem comprometer a sustentabilidade das contas municipais.

O Balanço Social deve igualmente ser lido neste contexto, evidenciando uma organização municipal com capacidade de resposta e com investimento nos seus recursos humanos, num



tempo em que os municípios assumem competências cada vez mais exigentes e determinantes para a vida das populações.

Para o CDS-PP, estes documentos não devem ser avaliados por leituras parcelares ou por indicadores isolados. Devem ser analisados como expressão de uma gestão que procurou assegurar rigor financeiro, investimento público e melhoria das condições de vida no nosso concelho.



Assim, valorizamos a continuidade da aposta municipal em áreas fundamentais para Albergaria-a-Velha, designadamente na educação, na habitação, na mobilidade, na dinamização económica, cultural e desportiva, na requalificação de infraestruturas e na capacidade de resposta dos serviços municipais.

Pelo exposto, este Grupo Municipal do CDS-PP vota favoravelmente o Relatório e Contas e Balanço Social do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2025, por considerar que os documentos apresentados evidenciam uma gestão responsável, financeiramente equilibrada e orientada para o desenvolvimento do concelho.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,

